

Ação Realista

**revista
quinzenal**

27-28

PREÇO DESTE FASCÍCULO 2\$000 RÉIS.

Apesar de toda a nossa boa vontade, tem sido impossível publicar com regularidade a nossa revista. Pedimos aos nossos leitores toda a benevolencia e que continuem a prestar-nos o acolhimento lisonjeiro com que nos tem distinguido, — e que constitue o melhor estímulo para o nosso esforço.

COBRANÇA

Começámos a fazer a cobrança da 3.ª serie de 10 numeros da *Acção Realista* — e para ella chamamos a atenção dos nossos assignantes. Temos a máxima confiança no interesse e diligencia com que os nossos amigos satisfarão os recibos enviados pelo correio.

A nossa revista vive de sacrificios de alguns monarchicos que com uma perfeita isenção mantem este baluarte em que se defende Portugal. Talvez em breve nos vejamos obrigados a dizer a todos os monarchicos a energica boa vontade e o espirito de sacrificio que temos empregado nesta luta. Será certamente necessário para despertar da sua sonolencia e do seu tórpe egoismo algumas pessoas que, recebendo a *Acção Realista*, nos devolvem os recibos, sem pagar... Esse procedimento, com que respondem à nossa lealdade de combatentes e à nossa coragem, não tem classificação. Não desfalecemos, no entanto! Chegará o momento em que uma sólida disciplina galvanize a Causa Monarchica — e em que se corra a ponta-pés certos traidores e covardes egoistas!

SUMARIO

<i>Nota officiosa da Acção Realista Portuguesa.</i>	
<i>A transformação da Causa Monarchica.....</i>	por Ernesto Gonçalves
<i>Moreira de Almeida.....</i>	por Alfredo Pimenta
<i>O «tradicionalismo» da Carta.....</i>	por Caetano Beirão
<i>D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.....</i>	por Luis Chaves
<i>O sentido reaccionario do Camillismo.....</i>	por Fernando Campos
<i>Divisão territorial portugêsa.....</i>	por Luis Chaves

CRITICA & FACTOS

Letras, por João Ameal e E. G. — *Vária*, por L. C.
Indice do 2.º volume

Toda a correspondência relativa à administração deve ser endereçada ao editor e gerente desta revista sr. Pedro E. da Camara.

MANUEL PEREIRA FIGUEIRA
ERNESTO GONÇALVES

ADVOGADOS

RUA DO CRUCIFIXO, 50, 2.º — LISBOA

Telefone : C. 2680

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração
RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA
Telefone : C. 493

EDITOR E GERENTE
Pedro E. da Camara

Assinaturas (Pagamento adiantado)
SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS
Numero avulso — 1\$000 réis

A ACÇÃO REALISTA E O CONSELHO SUPERIOR DA CAUSA MONARQUICA

NOTA OFICIAL DA A. R. P.

Quando, como consequencia do movimento inter-monarquico de 1923, a Acção Realista se constituiu, houve, por parte dos promotores e dirigentes da sua constituição um duplo propósito: organizar, dentro da Causa Monarquica e ao abrigo do Pacto de Paris, todos os elementos anti-liberais que reconheciam a legitimidade de El-Rei, e chamar para a actividade politica todos aqueles que andavam afastados dela, em virtude dos incidentes que á volta daquele Pacto se deram.

O Lugar-Tenente de El-Rei, nessa ocasião, autorisou a organização e a propaganda das ideias da Acção Realista, dentro da Causa e em subordinação a êle, Lugar-Tenente.

Assim temos vivido.

A Acção Realista, em 29 de Janeiro de 1924, fez a declaração explicita das suas doutrinas que «correspondem ao restabelecimento da Monarquia orgânica tradicionalista, anti-parlamentar».

Foi para a defesa destas, que a Acção Realista lançou a sua revista doutrinária, fez a sua serie de conferências e apresentou varias publicações. Foi para a propaganda dessas ideias que a Acção Realista constituiu, onde pôde, as suas juntas e delegações. E foi para a consecução daquêle duplo propósito acima enunciado, que ela empregou todos os esforços legitimos para a unificação dos elementos monarquicos anti-liberais, sob o reconhecimento expresso de El-Rei.

Não é ainda o momento de se poder historiar a série de incidentes que caracterisaram a vida da Acção Realista, principalmente sob o ponto de vista desta sua ultima aspiração. Quando for possível faze-lo, a Acção Realista terá o orgulho de vêr que hão de ser reconhecidos os seus esforços constantes para que, sendo as ideias anti-liberais umas só, à unidade da doutrina correspondesse unidade de organização e acção.

A Causa Monarquica, dentro da qual a Acção Realista estava, segundo o texto da declaração do Lugar-Tenente de El-Rei de 17 de Janeiro de 1924, a Causa Monarquica oferecia, apesar disso, ao publico, um aspecto de dualismo já não só doutrinario mas tambem politico. A este dualismo, porém, não se podem nem devem attribuir as responsabilidades de acontecimentos, atitudes ou situações que toda a gente condena.

Pelo Pacto de Paris todas as dificuldades dinásticas desapareceram; êle resolveu,

ACÇÃO REALISTA

duma maneira definitiva, o problema da Família Real. Perante êle os monarchicos só teem um caminho a seguir, enquanto monarchicos forem: acata-lo.

Liquidada a divergencia dinástica, Sua Magestade manifestou, primeiro, o desejo e depois a vontade formal, que todas as divergencias activas se subordinassem ao interesse geral, e de que a Causa Monarquica, embora dualista sob o ponto de vista doutrinario, fosse una e homogénea, sob o ponto de vista da sua acção.

Em obediencia a esse pensamento, Sua Magestade mandou que a Acção Realista tivesse representantes seus no Conselho Superior Politico da Causa Monarquica. Estabelecidas as negociações para se dar cumprimento à régia determinação, estabeleceu-se que a Acção Realista ou melhor que as ideias anti-liberais tivessem três representantes no Conselho Superior, estando dois dêles na Comissão Executiva do mesmo Conselho.

A Acção Realista é, hoje, o rótulo das ideias anti-liberais; amanhã pode o rótulo ser outro. E assim ficou claramente expresso que são as ideias anti-liberais seja qual for a sua designação colectiva, que são representadas no Conselho Superior Politico. Ficou salvaguardada a independencia da nossa organização. Não é de uma fusão de principios que se trata: é duma aliança de actividades e de forças. Não é duma confusão de ideias que se trata: é duma conjugação de esforços — para se tentar uma situação nova para a Causa Monarquica.

A Acção Realista tem a preocupação permanente de bem servir a Causa do Rei, que é a Causa da Patria. Foi para a servir que se constituiu; é para a servir que manda os seus representantes para o Conselho — os quais só neste permanecerão enquanto puderem servir.

Por Deus! Pela Patria! Pelo Rei!

Lisboa, 31 de Outubro de 1925.

Pela Acção Realista Portuguesa

Pela Comissão Executiva

*Alfredo Pimenta
Antonio Cabral
Caetano Beirão
Ernesto Gonçalves
Francisco Xavier Quintela
José Pedro Folque
D. Rui da Camara*

A TRANSFORMAÇÃO DA CAUSA MONARQUICA

Esta nota officiosa da Acção Realista Portuguesa vem esclarecer a maneira como éla entra no Conselho Politico da Causa Monarquica e quais os fins que a animam nesta nova fase da sua actividade. S. M. El-Rei, que sempre nos acolheu com a sua lialdade de Chefe, reconheceu ao nosso movimento, desde que se constituiu, toda a legitimidade, confirmando assim que as doutrinaes anti-liberais, que hão de salvar a nossa pátria, reconduzindo-a à verdade da sua história, possuíam o direito de se enquadrarem dentro da Causa Monarquica. El-Rei tem acompanhado a nossa acção e as suas palavras teem sido para nós um alto estímulo. E no seu desejo de dar à causa nacional da Monarquia uma unidade superior, que fundisse, como um feixe, as energias de todos os defensores da restauração

portuguesa, quis que o nosso movimento se fizesse representar no Conselho Superior da Causa Monarquica.

Mas — acentuemos — esse desejo de El-Rei em nada prejudicava a independencia das ideias anti-liberais, a sua nobreza e a sua intransigente combatividade ! A nossa entrada no Conselho Político não representaria uma abdicção de princípios nem uma renuncia à vida autonoma da Acção Realista Portuguesa. Pelo contrário, o ingresso da Acção Realista no Conselho Superior vinha destruir definitivamente um equívoco : *A Causa Monarquica não é hoje um partido, uma facção liberal*. Já não é licito especular, numa política sem sentido português, que só vem favorecer a horda do Anti-Portugal, com uma pretensa situação de inferioridade dos anti-liberais dentro da Causa Monarquica, que se queria apresentar como simples tolerados ou monarquicos mal vistos por El-Rei ! Não pode restar dúvida que Sua Magestade não quer impôr à Causa Monarquica uma doutrina, — mas que reconhece legítimas todas as correntes doutrinarias que tenham por fim a restauração da Monarquia. E essas correntes doutrinarias resumem-se, afinal, num vago liberalismo, que ainda seduz alguns monarquicos, vago liberalismo já hesitante e impregnado de um forte principio monarquico, e no nosso nacionalismo integral, renovador da nação, intensamente moderno e profundamente português. Estão frente a frente essas duas correntes ! Mas o alto comando de El-Rei, a que o exilio fez restituir poderes ditatoriais, espontaneamente irá desfazendo o sebento liberalismo, que não se harmoniza com a actual situação da nossa Causa. Este fenómeno, que vimos notando, só favorece o movimento das nossas ideias.

A Causa Monarquica encontra-se hoje já organizada sobre a autoridade do Rei. As suas palavras chegam-nos directamente ; esse contacto com o Chefe, esse sentimento de dedicação ao Chefe, teem transformado extraordinariamente a mentalidade de certos monarquicos . . .

A entrada da Acção Realista no Conselho Superior não pode, portanto, surpreender ninguém. Cumprimos o nosso dever, velando pela nossa doutrina, que se mantém íntegra. A nossa actividade e a nossa independencia de organização não se limitam nem se enfraquecem ; podemos mesmo dizer que o nosso esforço combativo e o nosso desejo de servir encontram agora um mais vasto campo de acção porque, quer no Conselho Superior, quer na Comissão Executiva da Causa Monarquica, elles se farão sentir fortemente. A Acção Realista Portuguesa tem progredido a pouco e pouco. Mas o seu avanço é seguro e cada conquista nossa só tem beneficiado a Causa Monarquica, que, antes da constituição do nosso movimento, se fechava lamentavelmente no museu das velhas ideias do seculo XIX. Uma energia nova e um pensamento novo ! Eis o que necessita a Causa Monarquica ! E' essa energia nova, conquistadora, avançada victoriosa, que nós trazemos ! E' esse pensamento novo, moderno e classico, português e universal, que nós trazemos ! E quando à frente da Causa Monarquica se fizerem sentir duma maneira definitiva o impulso dessa força que conduz á victoria, e a clara direcção dessa ideia nacionalista, que vai buscar ao coração do passado o seu iluminado e eterno espirito, a nossa pátria terá a certeza de que a sua hora de resgate se aproxima !

A Acção Realista Portuguesa não ocupa o seu lugar na alta direcção da Causa para satisfazer vaidades, que nenhum de nós alimenta, nem para satisfazer vinganças, que não

se compreendem : conquista, para renovar a ideia monarquica, um posto de combate que lhe pertence e de que não poderíamos desertar. Esse posto é magnificamente estrategico e de hoje por diante conquistado para sempre pelas nossas ideias. Posto de sacrificio, de dedicação, de vigilante e tenaz combatividade, de abnegado trabalho ! Dêle ninguem nos expulsará !

E só o abandonaremos, se nos convenceremos de que é inutil ou prejudicial essa posição, onde queremos servir a Causa do Rei e da Pátria.

A entrada Acção Realista no Conselho Superior abre uma nova fase de luta o nosso movimento e à Causa Monarquica. Os nossos delegados, senhores Conselheiro Antonio Cabral, dr. Alfredo Pimenta e José Pedro Folque, levam um mandato de sacrificio, que saberão honrar, interpretando as nossas altas intenções, o nosso desejo dum renovamento da intelligencia e da energia da Causa Monarquica, *que não pode continuar, como até aqui, neste marasmo mental, quase indifferente aos problemas actuais, e nesta inercia, de que desperta sonolentemente para as pacatas lutas eleitorais.* A patria tem de ser sacudida pelo vento forte da intelligencia moderna. Só à Causa Monarquica, pela sua natureza nacional, cabe o dever de iniciar em Portugal esse grande movimento que condense, dentro dos quadros da tradição, as ideias modernas políticas e sociais. A Acção Realista marchará, portanto, à frente da Causa Monarquica, levando-a na grande avançada salvadora. E para que a sua missão se cumpra integralmente, é necessário que todos os anti-liberais *agora mais do que nunca*, — se reunam á nossa volta, numa disciplina compacta, que não hesite perante os perigos e os vîris deveres da obediencia ! Consideramos este momento difinitivo para a Causa Monarquica. Esperemos confiados e serenos. Esperemos num juramento de fidelidade ao Rei e ao espirito e à gloria de Portugal !

Ernesto Gonçalves.

E' necessario um sabre, tendo ao lado um pensamento. Tu és capaz de ser o homem que pensa — mas onde está o homem que acutila? Em antigas cavaqueiras fallámos por vezes do Rei. Mas é elle um Homem? Ou é elle simplesmente um Sceptro? A situação parece-me medonha. Não creio que haja Ministerio capaz de a salvar. Mesmo se tu, por patriotismo, entrasses n'um Ministerio — terias tu tes coudées franches?

Eça de Queiroz (Correspondencia, carta para Oliveira Martins, de 7 de outubro de 1890).

Moreira de Almeida

Convidado a consagrar esta página á memoria do notavel jornalista politico Moreira de Almeida — venho desempenhar-me do honroso encargo. Tive, no cemiterio, diante de seu corpo ainda mal arrefecido, occasião de dizer as minhas primeiras palavras de saudade e homenagem. Hoje, um pouco afastado já dessa hora amarga e choroza, posso fallar com mais serenidade, e desenvolver melhor o meu pensamento.

Repetindo-me, afirmo que Moreira de Almeida era o primeiro dos nossos jornalistas de combate; — dos nossos, quero dizer, não só dos monarchicos, mas de todos os partidos.

Era o primeiro, como jornalista de combate, em tudo: na illustração do seu espirito; no vigor e no rigor da sua argumentação; na paixão dos seus processos, na elegancia da sua maneira; na delicadeza da sua ironia; e até na generosidade magnanima da sua victoria.

Jornalista tão jornalista, nunca me foi dado conhecer outro igual. Uma folheca de couve, repositivo de infamias e ignominias — quantas vezes contra elle proprio! — só porque era uma folha impressa, só porque era um jornal, se alguma violencia a atingisse — podia contar incondicionalmente com a sua defeza.

Até á data da Mensagem ao Lugar-Tenente de El-Rei, — demo-nos muito. Depois, as nossas relações não esfriaram, mas os nossos encontros tornaram-se raros. Creio mesmo que nunca mais voltei á redacção do *Dia*. Fallavamos na rua, em qualquer sala — tendo eu, sempre em Moreira de Almeida as deferencias que captivam, as attenções que seduzem.

Repetindo-me outra vez, tenho que dizer que Moreira de Almeida foi de todas as figuras monarchicas de destaque, aquella que mais homenagens publicas me prestou. Testilhamos algumas vezes — ainda eu era republicano —, mas sempre como dizia o outro, como se tivéssemos, duas horas depois, de jantar juntos. E quando vim para a Monarchia, foi Moreira de Almeida que desceu ao patamar, a buscar-me, para me conduzir pela mão até o meio dos meus novos correligionarios. E nessa hora, era elle quem, com a autoridade e lhe davam alguns annos de lucta e de soffrimento, proclamava em publico que o meu lugar, *par droit de conquête*, era nos «postos de maior cathegoria e de maior honra». Hoje, que eu tenho dez annos de serviços desinteressados e de sacrificios sinceros — ha quem tenha ataques de nervos, mas as circunstancias me forçaram a sair do meu cantinho, e me puzeram, *malgré moi* e como representante da Acção Realista, na Commissão Executiva do Conselho Superior da Politica Monarchica. . .

Ha dez annos, Moreira de Almeida, o luctador gigantesco dizia que a minha camaradagem seria «estímulo e guia»; hoje que tenho atraz de mim dez annos de cooperação infatigavel, vestais angelicas sacodem-se fundidas, só com a ideia de que eu possa dirigir a Politica monarchica, de collaboração.

Compreende-se que, por muitos distantes que andássemos um do outro, Moreira de Almeida, com o seu Liberalismo e o seu Constitucionalismo, e o seu Parlamentarismo e,

ACÇÃO REALISTA

eu com o contrario bem nitido de tudo isso, — compreende-se muito bem que eu sentisse e sinta a morte deste homem. Porque alem de lhe ser grato pessoalmente, sou-lhe grato politicamente, como todos os monarchicos.

Talvez que effectuando a Restauração da Monarchia, e nas condições que se me afiguram as unicas possiveis, o seo papel de jornalista se reduzisse a nada, por falta de ambiente. Talvez, digo, porque o espirito de Moreira de Almeida era sufficientemente nobre e lucido, para compreender que a Monarchia para vingar, no seo regresso, tem de ser completamente differente do que era quando partiu. E Moreira de Almeida bem poderia, então, dar ao novo estado de coisas, o auxilio da sua intelligencia e do seo pensar. Mas supunhamos que elle se mantinha inflexivel dentro do seu Parlamentarismo. O que nós todos lhe devemos pelo que fez, desde 1911 até 1925, no combate á Republica, é incalculavel e incompensavel.

Ha dois anos que se não podem separar, na historia da causa monarchica : Paiva Couceiro e Moreira de Almeida. Sem elles, a causa monarchica estaria muito mais afasjada do que está, da hora victoriosa. Foi a acção desses dois paladinos da Realeza que tuntou os primeiros nucleos de resistencia, á volta das quais tudo o que veio depois se formou. Corrente divergentes? Aspirações novas? Gerações moças? Doutrinas em inicio? De tudo isso ha, que tudo isso veio depois. Mas no fundo, como base aggregada, como alicerce commum — a obra de Moreira de Almeida e Paiva Couceiro.

Não se fez a Monarchia, ainda? E' certo. Mas ha que reparar que em 1910, a Monarchia era uma illusão, com rotulo, e que a realidade era a Republica. O 5 de Outubro não é mais do que a substituição do rotulo. Está, hoje, o que estava, então, aggravado, desenvolvido. Substituir uma realidade por outra, leva tempo. Qual foi a missão de Moreira de Almeida? Mostrar, durante quinze annos, diariamente, os maleficios da Republica, levando os cegos a vêr, e os surdos a ouvir. Jornalista negativista, revolucionario? Nem o seu papel era outro. Jornalista de combate — que outra coisa havia de fazer, senão combater, destruir, desorganizar? No meio do bando de milhafres que lastimam sobre esta Patria, elle foi o desmancha prazeres incançavel. Elle foi, no meio dos monstros que trucidam esta Patria, o gigante herculeo que com sua clava prodigioza os não deixou em socego um minuto.

As hostes da Republica estão desorganizadas, desfeitas, desorientadas? As hostes do mal e do crime são grupelhos que se não entendem? Muito se deve a Moreira de Almeida tal situação. Ele foi durante annos o interprete constante da Consciencia nacional indignada; elle foi o accusador implacavel, fustigante dos assassinos da Patria.

A luta que travou enfraqueceu-lhe o organismo; não conseguindo vencer-lhe a energia moral, gastou-lhe as forças phisicas. O domador admiravel das feras demagógicas tombou. quando ainda era tão precisa a sua energia, quando tão preciso nos era ainda mais o seo exemplo! Energia de aço, bem temperado e brilhante. Exemplo formozo que cumpre não esquecer jámais!

E repetindo-me pela terceira vez — direi que discursos, artigos, palavras, tudo isso é muito bonito, mas fica muito áquem do que disse Moreira de Almeida. Só ha um meio de lhe pagarmos a grande divida que para com elle constituimos: lutar sem desfalecimento pelo advento da Monarchia; realizar o seu sonho; implantar a bandeira da Pa-

tria nos torreões das fortalezas e nos mastros dos navios, onde se exhibe hoje a bandeira dum partido, a bandeira da Traição; trazer o Rei para Portugal — não para que reine, não governando, mas para que reine e governe. Quando o chefe natural da Família portugueza se instalar de novo entre os seos, e quando destes annos de ignominia demagógica apenas restar a memoria afflictiva, — então, sim, então nesse dia, nós podemos ir todos em romagem aos tumulos dos que tombaram vencidos, como Anibal Soares, Antonio Sardinha, Moreira de Almeida, e encarando as suas sombras tranquilas, dizer-lhes: «cumprimos o nosso dever!»

Alfredo Pimenta.

Telegraphiei-te, perguntando se querias, ou podias, fazer o artigo para a Revista, não pôde deixar de publicar sobre esse furunculo revolucionario que rebentou no Porto, como symptoma de doença geral.

.....

Por aqui, a opinião geral é que esse é o começo da débacle. O governo ainda poderia afastar a hora má por algum tempo, se aproveitasse a occasião para desorganisar inteiramente, à maneira summaria do excellente Constans, o partido republicano. Mas como naturalmente ha-de tomar apenas umas meias-medidas, inspiradas por uma meiacoragem, e executadas com uma meia-promptidão, é natural que o caso do Porto seja um lever de rideau, e que o partido republicano, que, em Lisboa e nas cidades de provincia permanece intacto e imperturbado, sem ter perdido nem um homem, nem um ceutil, nem uma illusão, prepare para breve o drama a sério.

Eça de Queiroz (Correspondencia, carta para Oliveira Martins, de 5 de fevereiro de 1891).

O «tradicionalismo» da Carta

I

A Causa monárquica portuguesa, que durante largo tempo se apresentou como uma massa informe de descontentes que pretendiam apenas derrubar a Republica e regressar à situação deposta em 1910, tem tomado, há uns dez anos a esta parte, um aspecto muito diferente. Enquanto uns monárquicos, pela sua deficiencia de conhecimentos, se limitam a continuar a querer simplesmente a Monarquia, não compreendendo as modalidades diversas que esta palavra abrange, outros definem a sua posição doutrinaria ocupando ou as trincheiras do nacionalismo integral ou as tribunas do velho liberalismo. Nestas ultimas, desmanteladas e decadentes, onde nem sempre há a coragem (ou a intelligencia) de cada um marcar a sua situação, declarar o seu pensamento—como no campo adversario todos declaramos o nosso — ocupavam ultimamente a primeira fila três figuras a tantos titulos respeitaveis: — Anibal Soares, Moreira de Almeida, e o sr. conselheiro Luís de Magalhães. Se há monárquicos liberais que mascaram o seu modo de vêr (poder-se-ia dizer «de pensar»?) para mais facilmente triunfarem, visto que o terreno lhes foge sob os pés, aqueles três politicos eminentes definiram sempre desassombradamente o seu pensamento liberalista e mostraram dignamente os propósitos que os animavam. São três nomes que mereceram sempre o respeito dos que se encontravam no campo oposto. Dois dêles arrebatou-os a Morte, este ano, na força da vida e em pleno combate à Republica que todos desejamos derrubada. O sr. conselheiro Luís de Magalhães, como último «abenceragem» do monarquismo liberal, continua a defender elegantemente os dógmas românticos de há um século, e a sua «dama»: a Carta Constitucional.

Merece-nos o ministro dos Estrangeiros da Monarquia do norte toda a consideração, não evidentemente pelas ideias politicas que perfilha, mas pela cultura do seu espirito, pela elegância da sua pênna, pelos muitos serviços prestados á Causa de El-Rei e, acima de tudo, pelo que dizem da sua bondade e do seu caracter. A consideração que me merece o nome de S. Ex.^a levou-me a ler, com grande interesse, o estudo, da sua autoria, publicado no 1.º n.º da revista «Portugalia», com o curioso titulo: «A Carta, constituição tradicionalista». Esse interesse subiu de ponto quando, ao folhear aquela publicação, se me deparou este juizo formulado por S. Ex.^a: — «a Carta é uma constituição de aspecto acentuadamente integralista»! Era troça? Era *blague*? Era paradoxo? Não! O artigo havia de sêr deveras interessante. Aquela afirmação formidavel deixava a perder de vista a de Jacques Roujon de que Anatole France «foi sempre e será o homem mais reaccionario do mundo». Fechei o livro de Ronjon que estava folheando e fui lêr duma assentada o estudo do sr. conselheiro Luís de Magalhães. Não era troça, nem *blague*, nem paradoxo. O antigo ministro da Monarquia quasi pretende tambem que a «Carta» do imperador D. Pedro «foi, é e será a constituição mais reaccionaria do mundo»!

A leitura da «Portugalia» fez-me sorrir. Se o autor do artigo fôsse outro, po-lo-ia de banda e não pensaria mais nêle. Mas tratando-se do sr. Luís de Magalhães o caso não é

indiferente. Resolvi pois tomar a liberdade de, com os meus poucos recursos mas fiado na superioridade das doutrinas que defendo, bordar algumas considerações sobre «A Carta, constituição tradicionalista».

Para se saber se a Carta de 26 é uma constituição liberalista ou tradicionalista é preciso definir, antes de mais nada, o que é liberalismo e o que é tradicionalismo. Porque, segundo se depreende das considerações do sr. Luis de Magalhães, essas duas concepções, no espírito de S. Ex.^a, limitam-se a uma questão formal, quando afinal elas representam duas escolas filosoficas completamente distintas, duas doutrinas sociais perfeitamente opostas.

Assim, o illustre colaborador da «Portugalia» tenta provar que a Carta é uma constituição integralista transcrevendo as primeiras palavras daquele estatuto, as quais mostram que elle foi imposto pelo *rei* á nação, e citando disposições em que se conservam certas aparências tradicionais. Já voltamos a vêr como essas disposições podem sêr *regalistas* mas são tudo quanto há de menos *integralistas*. Mas o que importa, primeiro que tudo, estabelecer é o que se entende por tradicionalismo. Depois veremos se a Carta cabe dentro dêsse critério.

Deixemo-nos de fórmulas, embora nos não deixemos de factos. Deixemo-nos de «sectarismo ideologico», embora nos não deixemos de doutrinas, filhas da experiencia e da sciencia.

O que está na base da questão é a concepção scientifica da sociedade. Temos de considerar esta ou um organismo, com personalidade própria e permanente, com seus órgãos definidos constituindo um quadro de interesses intermediarios entre o individuo e a nação, e, neste caso, o Estado deverá sêr um produto natural e normal da sociedade, condicionado por esta; ou um agregado de individuos, em que cada um destes seja a unidade constitutiva do todo, em que o Estado, portanto, olhe apenas o interesse abstrato desses individuos, desconhecendo o proprio character peculiar da nação. A primeira teoria abrange o nacionalismo, o tradicionalismo, o integralismo. A segunda conduz ao individualismo, ao liberalismo, á democracia. Escusado é recordar que esta encontra as suas fontes em Platão e Zenon, e vem, atravez da Reforma, e dos filósofos racionalistas, até á Revolução francesa; e que aquella encontra as suas bases no conceito aristotélico da sociedade, e vem, atravez do cristianismo e de S. Tomás, até á moderna doutrina do nacionalismo integral. Não podemos demorar-nos em teorias, nem estes factos os contesta o sr. conselheiro Luís de Magalhães. O que parece é desconhecer o que se entende por nacionalismo ou tradicionalismo, e porisso achar que o *individualismo* da Carta cabe no *organicismo* das doutrinas a que S. Ex.^a chama *integralistas*. E, como consequencia, o *estatismo* do código politico de 26, dá-lhe a impressão de *tradicionalismo*, quando elle afinal traduz mas é o espirito individualista ou democrático da facção que o impôs ao país.

Passemos agora, portanto, a vêr se a Carta Constitucional cabe dentro do conceito tradicionalista, como S. Ex.^a pretende, e, se não cabe, porque é que não cabe.

Duas ordens de razões apresenta o sr. Luís de Magalhães para demonstrar que a Carta é uma constituição tradicionalista; históricas e jurídicas. Vamos ás primeiras.

Diz S. Ex.^a, pretendendo justificar a transformação politico-social sofrida nos principios do século XIX:

«Portugal *liberalisou-se, constitucionalisou se*. . . Portugal adaptou-se assim, como tantas outras nações, a um modo de sêr politico em torno dele generalizado. . . Não fizemos nós mais, portanto, do que *integrarmo-nos*, como hoje para tudo se diz, numa dessas contínuas e sucessivas metamorphoses politico-sociais. . . »

Ora, se Portugal se *liberalisou* e se a adaptação a esse liberalismo é representada pela vigencia, durante dezenas de anos, da Carta Constitucional, é porque este estatuto era um estatuto liberal. Se era liberal, não era integralista e tradicionalista. Ou não? Ou chamar-lhe-á o sr. conselheiro *integralista* porque não fizemos mais do que *integrarmo-nos* no liberalismo geral? . . . O argumento da generalidade da democracia constituindo o elogio da democracia já é velho e já está suficientemente contestado para que nos demoremos nêle. É como se amanhã, aparecendo uma epidemia numa cidade contaminando a maioria dos seus habitantes, nós devessemos concluir que o estado normal e salutar desses individuos seria a morbidez, e não devessemos empregar todos os meios para debelar o mal. *Maladie occidentale* chamou Comte á democracia e era republicano.

Pelo critério do sr. conselheiro Luís de Magalhães, somos levados a dever aceitar a republica porque Portugal se *republicanisou*, como tantas outras nações, etc, e seremos arrastados a acatar amanhã o bolchevismo se a Europa se *bolchevisar*. . .

A inadaptabilidade do parlamentarismo a Portugal creio te-la demonstrado no meu livro «A lição da Democracia», apontando o que foi a vida agitada e esteril do liberalismo monarquico e como era fatal a sua degenerescencia na demagogia republicana. No entanto, a contrapôr a Ferrero e Mosca, que S. Ex.^a cita, dois testemunhos insuspeitos quero invocar. Dois altos espiritos liberais: Antonio Cândido e o sr. Brito Camacho. Em 1887, dizia o primeiro, no célebre discurso de justificação da ditadura progressista: «A vida politica portuguesa, considero-a como degeneração psicologica dum sistema que *nunca pôde aclimatar-se e desenvolver-se em Portugal*». E o sr. Brito Camacho escreveu, há pouco tempo, num dos seus artigos para o «Diario de Noticias»: «A Monarquia constitucional adoptou o parlamentarismo inglês, de que *nunca soube fazer bom uso*, e a Republica, *mutatis mutandis*, deixou ficar o que estava, com ínfimas alterações».

No estudo que estamos comentando, defendem se, a seguir, os propósitos dos revolucionarios de 20. Levar-nos-ia muito longe a crítica dêsse movimento, que Antonio Sardinha esboçou já num artigo recolhido no «Ritmo da Ampulheta», e afastar-nos-ia muito da Carta Constitucional. Mas não devemos deixar de recordar que a revolução de 20 foi o complemento da conspirata de 1817; que essa conspirata constituiu um acto de traição á pátria instigado pela maçonaria e pelos conspiradores espanhois; que os revolucionarios de 20, tanto não procederam por patriotismo contra o «humilhante proconsulado inglês» que pensaram em aliciar Beresford para a «revolução libertadora». Que, pelo

contrário, os seus propósitos eram bem pouco patrióticos mostram-no as secretas ligações com a Espanha e os projectos de união ibérica.

Mas deixemos «20» para outra ocasião e vamos a «26».

*

Pretende o sr. conselheiro Luís de Magalhães convencer os seus leitores de que o imperador D. Pedro, outorgando a Carta Constitucional, «não fez mais do que honrar a promessa por seu próprio pae e irmão feita ao país», porquanto um no manifesto da Vilafrancada e outro por decreto de junho de 23 e carta de lei de junho de 24, tinham manifestado a necessidade de se dar uma Constituição aos portugueses. E constatando que «a *questão constitucional* era uma necessidade impreterível», conclui que D. Pedro estava cheio de razão resolvendo-a «por um acto espontaneo do poder real» (!) Isto lemos, tornámos a ler e confessamos que nos deixou perplexos! Pois quererá o sr. conselheiro Luís de Magalhães cingir a profunda questão social daquela época ao facto de existir ou não existir uma constituição escrita? Quererá S. Ex.^a convencer-nos de que era o mesmo uma constituição em que se codificassem os preceitos do direito tradicional politico português, como se pretendia em 23 e 24, ou uma constituição decalcada na francesa de 791, como a Carta, que modificou estruturalmente a organização politica do Estado? Estará S. Ex.^a convencido de que *constitucionalismo* quiere dizer «haver uma constituição»? Confessamos que não entendemos pois não cremos o sr. Luís de Magalhães capaz duma tal confusão.

O que não oferece dúvida é que S. Ex.^a acha o gesto magnânimo do imperador brasileiro dando a Carta aos portugueses um acto de politica tradicionalista, visto seguir os propósitos de seu pae. Assim começa a manifestar-se o «tradicionalismo» da Carta...

É claro que, prêsa a esta, se encontra a questão da legitimidade. S. Ex.^a não se quiere embrenhar nela, por inutil, mas vai afirmando que «á morte de D. João VI, em 1826, ninguem, absolutamente ninguem, contestou, no país, a D. Pedro IV a qualidade de legitimo herdeiro de corôa.» *Esta* deixou-nos estarecidos! Com que então, «a questão da legitimidade só surgiu em 1828»? Como a democracia escreve a historia! Ora vamos lá devagar.

A questão da legitimidade tem ainda hoje actualidade e importancia não só porque á sombra dela se deturpou a historia que é necessario corrigir, mas ainda porque ligada á legitimidade dinástica se encontra a legitimidade de princípios que é necessario proclamar. E' corrigindo a historia que nós rebatemos a afirmação de que, em 1826, não foi contestada a D. Pedro a qualidade de legitimo herdeiro da corôa. O mesmo erro se encontra nessa *miseria* que é o livro «D. Miguel e a sua realza», de Tomás Ribeiro. Tal afirmação carece em absoluto de fundamento.

Poderíamos cingir-nos á demonstração de que, logo após a morte de D. João VI, os partidarios do antigo estado de coisas — que afinal eram a grande maioria do país — começaram a contestar os direitos de D. Pedro á corôa portuguesa. Mas vamos mais longe. Vamos ver os «juristas», a que o sr. conselheiro Luís de Magalhães alude, das côrtes de 22, contestarem esse direito ainda antes do principe D. Pedro se ter naturalizado

ACÇÃO REALISTA

brasileiro e ter pegado em armas contra Portugal. Sim, senhor! São os próprios correligionários futuros de D. Pedro e pretéritos do sr. Luís de Magalhães que dizem, por exemplo, isto :

«Como poderemos pois recear de dizer ao príncipe real que ha-de perder o direito de suceder no trono de seu augusto pae se não reverter a Portugal? . . . Venha o príncipe para a Europa; e se não vier, saiba que não ha-de suceder na corôa de seu augusto pae».

Estas palavras são do abalisado jurisconsulto Moura, deputado ás Constituintes, proferidas na sessão de 19 de Setembro de 1822. E, nessa mesma sessão, disse o deputado Soares Franco :

«Mas se o príncipe não quere obedecer á soberania nacional e a el-rei seu pae, se quere fazer uma outra nação, então claro é que é refractario, dessidente e rebelde, e nesse caso é necessario que nós tomemos outro caminho, e que vejamos quem nos ha-de governar e suceder na corôa».

Em janeiro de 1823, Castello Branco e Borges Carneiro chamavam-lhe «príncipe perjuro, rebelde e usurpador» !

Então se estes homens, em 22 e 23, diziam o que acaba de ler-se, o que diriam em 1826, depois do príncipe rebelde ter proclamado a independencia do Brasil, e de ter escrito «que já não tinha pretensão alguma nem direito á corôa de Portugal» ?

Diziam, por exemplo, isto, sr. conselheiro Luís de Magalhães :

«D. Pedro . . . segundo o tratado de 29 de agosto de 1925, reconhecido por toda a Europa, deve ser considerado extranho, e não pode suceder na corôa, á vista das leis fundamentais das côrtes de Lamego». (Do *Popular*, jornal publicado em Londres pelos liberais que ali se encontravam, no seu n.º 19 desse ano de 1826).

Se assim falavam e assim escreviam os patriarcas da causa liberal, o que não diriam os *absolutistas*, todo esse clero, nobreza e povo que, dois anos depois, reconheciam em Côrtes a realza de D. Miguel ?

Diziam, por exemplo, isto, sr. conselheiro Luis de Magalhães :

Queira V. Ex.^a reler o auto de juramento da divisão realista do Alentejo, assinado por Magessi, muitos outros officiais, melicias, e paisanos, em 22 de setembro de 1826. Começa : — «Juro manter e defender os direitos da legitimidade do Senhor Rei de Portugal e dos Algarves D. Miguel Primeiro, Nosso Senhor . . . »

E então o sr. conselheiro não sabe que, nesse mesmo ano de 26, Chaves, Vila Viçosa, Estremoz, Lamego, Elvas, e outras vilas e cidades aclamaram D. Miguel? Que em Lisboa, a guarda real da policia pretendeu proclama-lo rei? «O movimento miguelista assumia portanto proporções enormes», conclui um historiador democrata : (Fernando Mendes, *Historia Contemporânea*, vol. I, pág. 402). Como se pode pois, afirmar que, em 1826, *ninguem absolutamente ninguem*, contestou, a legifimidade de D. Pedro IV? Era justamente a questão da legitimidade que estava já tambem em causa, como o provam as seguintes palavras de D. Francisco Alexandre Lobo : «Além do que se sabia das leis e seu espirito na materia de sucessão do trono, o que se tinha passado no Rio e o mesmo teor da Carta brasileira espalharam em Portugal a opinião de que o imperador do Brasil não podia ser herdeiro . . . » (*Obras do Bispo de Vizeu*, tomo II, pág. 381).

Até na imprensa estrangeira os seus direitos eram postos em dúvida e se ignorava quem de facto viria a suceder a D. João VI. Alem do *Times* que por mais de uma vez se ocupa da questão, *The Sun* é bem claro quando diz: «A Regencia estabelecida em Portugal deve necessariamente espirar, e ser substituida pelo governo mais regular de um Soberano estabelecido. Qual será este Soberano? Tal é a questão a resolver; e ainda neste momento está envolvida em dúvidas e obscuridades». (n.º de 12 de Março de 1826).

. . . E escreve o sr. conselheiro Luis de Magalhães que vai «procurar repôr as coisas na realidade dos factos e das circunstancias, abstraindo de todo o sectarismo ideológico». Não está má realidade dos factos. . . Onde o romantismo politico pode conduzir!

*

Mas não pára aqui a *fantasia* do sr. conselheiro que, mais adeante, escreve: — «A Carta, á data da sua promulgação, foi, pois, considerada, por todos, como um acto legitimo derivado do poder legitimo».

Estas generalisações fazem-nos, positivamente, rir!

Um folheto da época («A Inglaterra e D. Miguel», Paris, 1827) regista: — «A Carta anglo brasileira — anglo-brasileira é bem chamada! — foi recebida com a mesma repugnancia em todos os pontos do reino.» Efectivamente a regencia, prevendo as lutas fratricidas que ela iria provocar, só se resolveu a publica-la e jura-la perante as ameaças de Saldanha ao conde de Barbacena. A câmara dos pares e o proprio governo eram escandalosamente desfavoraveis á Carta. E pelo país fora foi tão considerada por todos como um acto legitimo derivado do poder legitimo que logo contra ela se revoltou em Bragança infantaria 24. No Alentejo, cavalaria 2. Em seguida, infantaria 17, 11 e 14, caçadores 4 e 7, artilharia 3. . . O Minho, Trás-os-Montes, as Beiras, Alentejo e Algarve levantam-se em armas contra a Carta. E' a guerra civil, a que põe termo a divisão de Clinton marchando até Coimbra. O estrangeiro impunha-nos assim a Constituição maçónica e estrangeira, pela primeira vez. Mais duas vezes no-la impôs: em 34 e em 47, contra a vontade expressa da nação. A isto chama o sr. conselheiro Luis de Magalhães «um caso todo nosso», um acontecimento politico «com características marcadamente nacionais». Só por troça!

Em conclusão: a Carta é, perdão! foi (a Carta, hoje, não é nada) um código politico triplamente ilegítimo. Ilegítimo porque contraria todo o direito tradicional português. Havemos de ver como e porquê. Ilegítimo porque a sua outorga, que o sr. Luis de Magalhães infantilmente considera «um acto soberano emanado da indiscutivel e integral soberania dum Rei» (sic) não passou dum acto despótico de manifesto abuso do poder. E, finalmente, ilegítima era a Carta porque o príncipe que a outorgou só *ilegitimamente* se pôde intitular rei de Portugal.

Provar que D. Pedro perdera todos os direitos ao trono de seus avós e que portanto não tinha legitimidade para *doar* a Carta Constitucional? Mas eu creio que não há hoje pessoa medianamente culta que conteste a realza de D. Miguel e desconheça que a nomeação da regencia, a morte *misteriosa* de D. João VI, o reconhecimento dos direitos do imperador do Brasil á corôa portuguesa, a outorga da Carta, a abdicação em D. Maria e

o juramento daquela pela regencia foram os seis actos de uma tragi-comédia ensaiada pela maçonaria internacional para se apoderar definitivamente dos destinos do nosso país.

A questão da legitimidade está arrumada, sim, mas concluindo pela *ilegitimidade* de D. Pedro — rebelde e desnaturalizado — que se apoderou da corôa portuguesa por um acto de violencia consumado com o auxilio do estrangeiro.

Tão arrumada está que o próprio *Correio da Manhã*, órgão officioso da Causa monarchica, annunciando, há uns dias, a missa por alma de El-Rei D. Miguel, lhe chamava, e bem, S. M. (Sua Magestade), Se o *Correio da Manhã* lhe dá o titulo de *Magestade* é porque a Causa Monarquica oficialmente reconhece — emfim! — que D. Miguel foi rei de direito, fazendo assim justiça a uma das figuras mais nobres, mais nacionais, mais *portugueses* da nossa historia.

Que a diuturnidade da posse legitimou a aquisição e criou o direito na pessoa dos descendentes do imperador D. Pedro, é coisa já sabida e que não vem para aqui. Mas a Carta outorgada por quem o não podia fazer, imposta violentamente à nação pelas sociedades secretas e pelas baionetas estrangeiras, fonte das mais acesas lutas civis e das nossas desgraças politicas, essa é que não encontra razões historicas que a possam legitimar.

*

Resumindo :

1.º) a Carta Constitucional é o código politico do liberalismo triunfante em 26, em 34, em 47 até 910, mas que nunca se adaptou a Portugal ;

2.º) a outorga da Carta Constitucional nunca poderia representar a efectivação das promessas de D. João VI e de D. Miguel visto tratar-se duma constituição contraria ao direito tradicional português ;

3.º) a Carta Constitucional foi outorgada por quem não tinha legitimidade para o fazer, porquanto D. Pedro *usurpou*, não herdou a corôa portuguesa ;

4.º) a Carta Constitucional, repelida pela nação, foi violentamente imposta a esta por um partido que só conseguiu triunfar apoiado vergonhosamente na intervenção estrangeira.

Não ficam portanto de pé as razões historicas que o sr. conselheiro Luís de Magalhães apresenta para mostrar o «tradicionalismo» da Carta. Como este antigo já vai longo, no proximo n.º desta revista mostrarei como são ainda mais insubsistentes as razões juridicas alegadas para concluir que a Carta é uma constituição «de aspecto acentuadamente integralista».

Caetano Beirão.

D. Carolina Michaëlis

As perdas, que vem soffrendo as lettras patrias neste anno de 1925, estão sendo pesadas em demasia para o nosso tam reduzido escol; e não podemos prever quantas mais nos surprehenderão ainda no derradeiro mês de este calvario, que, se é Anno Santo em nossa crença e na obediencia ás determinações soberanas de S. S. o Pontifice, ficará tambem sendo um Anno Santo, para a saudade pelos mortos e para a revisão das perdas soffridas.

Nesta liça incruenta das lettras não são muitos os cavalleiros do Rei Arthur, por isso nos custam mais os logares, que vão ficando vagos. E tem querido o Senhor que o desfalque seja apressado, talvez para castigo maximo de esta terra de miserias e de des-terro, onde se vê subir a matulagem e desaparecerem as «élites». Vão aos pares os que partem, — quem sabe se por consolação reciproca de nos lastimarem na conversa de além-tumulo na viagem para o Eterno. Foram-se no mesmo dia Annibal Soares e Antonio Sardinha. Partiram agora juntos D. Carolina Michaëlis e José Arroyo, ambos do Porto.

Esta perda de D. Carolina Michaëlis é das mais pesadas, e neste momento por certo a mais lastimavel para as lettras portuguesas.

Temos de considerar esta Senhora como lídima gloria nacional. Se a lição de portuguesismo (é da moda dizer lusismo) nos vem, no melhor grau, do ensino das coisas portuguesas, a melhor escola de nacionalismo tem por base o estudo da lingoa e da historia da intelligencia nas suas manifestações litterarias, bem como o estudo das suas provas na alma popular pela Ethnographia. Essa foi a actividade de D. Carolina Michaëlis. Isso lhe devemos na nossa conscieneia nacionalista.

Todos que passam, desvendando-nos os mysterios, encobertos e descobertos, patenteando-nos as bellezas adormecidas, recordando-nos as glorias, que temos desarrumadas por casa, grangeiam direito ao nosso reconhecimento pelos serviços relevantes prestados ao nosso nacionalismo. São cabouqueiros extraordinarios da Reconstrução. A Reconstrução faz-se por via da intelligencia, auxiliada pela virtude das altas qualidades moraes do trabalho: lealdade, continuidade, dedicação... E os architectos, sem o labor cuidadoso e perfeito dos abridores dos caboucos, nada são. De cabouqueiro ideal foi a vida de D. Carolina Michaëlis.

E' um caso curioso de mimetismo intellectual o de esta Senhora, que, allemã genuina, prussiana de Berlim, veio por amor para Portugal, e á força de estudar assumptos portugueses, de se embrenhar em problemas portugueses, se considerava portuguesa e dizia frequentemente — «nós portugueses»... Não foi a Monarchia, dando-lhe o officialato da Ordem de S. Thiago, que hoje qualquer vago criado de quarto de qualquer ainda mais vago Ministro de Instrução tem ou pode ter nesta feira-franca das lettras de baixo cambio, — nem foi a Republica, nomeando-a por distincção Professora de Philologia Germanica da Faculdade de Lettras da Universidade de Lisboa, quando tantos mestres entraram aos baldões pelas Faculdades de Lettras sem concurso, o que parece vir a dar em tantas

distinções quantos os contemplados, — não foi uma nem outra que lhe conferiram esse titulo ou essa consciencia de Portuguesa. Foi no trabalho assiduo, no contacto constante com o espirito português, que D. Carolina Michaëlis se aporuguesou.

Ella tinha talvez em si a guia-la, e a enthusiasma-la, o mysterioso segredo do sangue, que atravez dos seculos a ligasse áquelles antepassados germanicos da raça portuguesa, verdadeira linhagem dos barões de D. Henrique e D. Affonso Henriques, obreiros-móres da nacionalidade.

Valiosa é a collaboração allemã nas lettras portuguezas. E' a Allemanha, exceptuando em parte a Espanha, a nação que mais conhece Portugal e mais se interessa pelos assumptos litterarios e historicos da nossa terra. Aos sabios e aos estudiosos allemães não é preciso que os nossos diplomatas vão ensinar ou patentear coisas portuguezas.

Para só nos referirmos a alguns dos escriptores, que se tem interessado pelas lettras de Portugal, recordemos: Henry Lang, com *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, Halle 1894 (o Cancioneiro de El Rei D. Denis); Ferdinand Wolf, com os *Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationallitteratur*, Berlim 1859 (Estudos para a Historia da Litteratura Nacional, espanhola e portuguesa); Karl von Reinhardtstoettner, com o estudo da Historia dos Cavalleiros da Tavola-Redonda e da Demanda do Santo-Graal, de um manuscrito da *Hofbibliothek zu Wien*, Berlim 1887; Dr. Bellerman, com *Die alten Liederbücher der Portugiesen*, Berlim 1840 (Os antigos Cancioneiros Portuguezes); Dr. Pribsch, com as *Poesias ineditas de Pedro Andrade de Caminha*, Halle, 1898; Wilhelm Stork, o grande camonista, com *Luis de Camoens, Sämtliche Gedichte*, que traduz para lingua germanica integralmente o poema de Camões; e Varnhagen com os loiros de Cavallaria, em Viena 1879, e a Sociedade litteraria de Stuttgart, que em 1846 publicou em tres volumes a edição diplomatica do *Cancioneiro Geral*, e quantos mais.

D. Carolina Michaëlis commentou e completou esses estudos dos seus compatriotas. E, se os seus estudos eram procurados nas revistas portuguezas, iam de preferencia satisfazer a curiosidade ou o estudo germanico em revistas allemãs.

A *Revista Lusitana*, devida á persistencia do Dr. Leite de Vasconcellos, contém estudos de D. Carolina Michaëlis desde o seu 1.º volume (*Etymologias Portuguezas* — pags. 117 a 298 e seguintes); entre outras publicações periodicas, publicaram estudos seus: o *Instituto de Coimbra*, vol. XLVII de 1900, LII de 1905), o *Plutarcho Portuguez*, do Porto (vol. II, fasc. IV, 1880), a *Arte Portuguesa*, de Lisboa, (vol. I, 1895), a *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto* (vol. II, 1882), *Archivo Historico*, de Lisboa (vol. III, 1905), o *Circulo Camoneano*, de Lisboa, (vol. I, 1889), o *Primeiro de Janeiro*, do Porto (15 de Março de 1911 e ss.), o *Commercio do Porto* (em 1895), e outros.

São numerosas as revistas scientificas e litterarias allemãs, em que collaborou. *Jahrbuch für Romanische und Englische Literatur*; *Berliner Gesellschaft für das Studium der neueren Sprachen*; *Deutsche Encyclopädie*; *Magazin für die Literatur des Auslandes*. *Deutsche Literatur-zeltung*; *Romanische Forschungen*; *Zeitschrift für romanische Philologie*; *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*. . . E a *Romania*, a *Revue Hispanique*, os *Estudios de Erudición Española*, o *Bulletin Hispanique*, a *Grande Encyclopédie*, etc.

Estudou a nossa philologia (*Etymologias Portuguesas : Fragmentos etymologicos*, 1894; *Contribuições para o futuro Diccionario Etymológico das linguas hispanicas* (1.ª serie), em 1908, e (2.ª serie) em 1911; *Lingua e litteratura portuguesas (Portugiesische Sprache und Litteratur)*).

Fez a *Historia da Litteratura Portuguesa (Geschichte der portugiesische Litteratur*, 1894), estudou capitulos especiaes da nossa historia litteraria: O *Cancloneiro da Ajuda* (2 volumes) 1904, o *Cancloneiro de D. Denis* (de H. Lang), as *Cotas ao Cancloneiro medieval português* (cantigas de escarnho, canções guerreiras . . .); o *Cancloneiro Geral*, ou o *Cancloneiro de Evora*, a *Tragedia de la insigne reyna Doña Isabel*, inedito do Condestavel D. Pedro de Portugal, a origem do primeiro tipo dos *Amadses* que por desde meio seculo XIV correr em Castella e se supôr edição primitiva a refacção de Ordoñez de Montalbo, era considerado castelhano; como nos reivindicou tambem o *Palmeirim de Inglaterra* de Francisco de Moraes, que para castelhano era apenas «tradução pouco esmerada, e por vezes menos fiel da primeira» obra, que o Autor offerecera á Infanta D. Maria, filha de El-Rei D. Manuel, e foi continuada por Diogo Fernandes (*D. Duardos*) e Balthasar Lobato (*D. Clarisel da Bretanha*).

Os estudos Vicentinos, e os Camoneanos mereceram-lhe um cuidado especial, e são perfectos sobretudo os segundos, a proposito da obra de Wilhelm Stork, e de outros assumptos referentes a Luis de Camões. A curiosissima figura litteraria da Infanta D. Maria de Portugal foi admiravel estudada na sua acção e na sua epoca. Sá de Miranda e Caminha encontraram em D. Carolina Michaëlis o avaliador do seu quilate, e foi necessario que ella viesse para Portugal, se aportuguesasse, para se ter a edição critica e a biographia do grande accionador do Renascimento Português.

Não se dedignou de collaborar nas rebuscas folclóricas, aliás complemento da sua acção no campo philologico. Os «mil proverbios portugueses» publicados na *Berliner Gesellschaft*. . . Os *Estudos sobre o Romanceiro popular, Romanzenstudien* (Estudos do Romanceiro), *Estudos sobre o Romanceiro peninsular*, varias rótulas de tradições e superstições populares (o *Judeu Errante*, o *Tangro Mangro*. . .)

A ethnographia artistica chamou-lhe a attenção, especialmente no ponto de vista philologico e de investigação. E assim nos deixou o trabalho precioso, que são *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal*, estudo publicado no *Bulletin Hispanique* (1905, vol. VII) e que o Dr. Joaquim de Carvalho reimprimiu na serie de *Subsidios para a Historia de Arte*, iniciativa altamente louvavel e benemerente da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Por estas palidas e rapidas notas se pode avaliar quanto produziu a illustre Senhora agora finada, e quanto as letras de Portugal lhe devem pelo esmero com que trabalhou, pelos problemas que resolveu, e pela lição moral de cultura portuguesa, bem portuguesa, por ella legada a estas gerações, umas de destruição — as que se vão apagando e desilludindo, — outras de construção, melhor de reconstrução — as que chegam, e se vão formando e animando. E curvemo-nos como portugueses ante o alto espirito, que desapareceu.

Luis Chaves.

O Sentido Reaccionário do Camilismo

A passagem do centenário de Camilo Castelo Branco, celebrado em março último, assinalou-se pela publicação de numerosíssimos livros que abarrotam as estantes dos camilianistas, devotos fervorosos da obra e memória do glorioso prosador.

Avolumou, de uma forma espantosa, a bibliografia camiliana, já anteriormente, sem dúvida, a mais vasta de quantas surgiram á volta de uma grande figura das nossas letras. Mas seria injusto não reconhecer a razão que assiste áqueles críticos que afirmaram não terem os trabalhos aparecidos correspondido, na sua maioria, ao elevado intuito que se deviam propôr, qual era o de contribuir para uma mais perfeita exegese das obras do romancista, salientando o que nelas se encontra de sólido e belo, submetendo a uma conscienciosa análise essas páginas fundidas em saborosa e clássica linguagem portuguesa, estudando, em-fim, a individualidade do Mestre nas suas várias modalidades, de novelista, de crítico, de polemista, de historiador, etc.

O que observámos, infelizmente, na literatura copiosa do centenário, foi o aspecto sentimental da vida de Camilo sobrepôr-se à obra e à personalidade do escritor, com prejuizo da boa crítica e das letras, e em satisfação, apenas, de curiosidades d'ontias.

A investigação dos mais secretos episódios do seu viver íntimo, a face individualista do seu espírito que em parte dos escritos se reflecte, parece ter sido o tema preferido, por tantos que, do romancista, recentemente se ocuparam.

Ora, o culto camiliano, assim entendido e praticado, não é, na verdade, de molde a recomendar-se, como elemento educativo, numa sociedade empobrecida de energias morais, porquanto a vida de Camilo Castelo Branco em que os desvarios românticos se encadeiam de maneira desconcertante, não pôde ser apontada como modelo sugestivo de imitação, antes *deve um véu brando de piedade cobri-la*, conforme já alguém, muito bem, disse.

Semelhante interpretação do camilismo é errónea e nociva; errónea, porque o seu verdadeiro sentido não reside na admiração irreflectida das fraquezas do homem, e de tudo quanto o seu génio produziu, por vezes em momentos bem dolorosos e tempestuosos da existência; nociva, no ponto de vista social, como exemplo apresentado à gente moça, e até no da própria memória do grande vulto que se pretende exaltar, numa época em que o romantismo indisciplinador das consciências encontra formulada, definitivamente, a sua condenação.

Esse mal-entendido culto de certos camilistas é censurado pelo sr. Dr. Pinheiro Torres, nas seguintes palavras que transcrevemos da revista *Labareda* e com as quais concordamos inteiramente, pela forma como se ajustam ao nosso pensamento:

«Não queremos que fique sem o nosso protesto, sincero e justissimo, a orientação seguida por muitos dos que, propondo-se glorificar Camilo Castelo Branco, nada mais fazem do que pôr em impiedoso e inconveniente relêvo as suas grandes fraquezas, os seus escandalózos amores, seus funestos desvarios.

«Apontando o genial autôr d'essa autentica obra prima, que é o *Amor de Perdição* como um Mestre, á juventude portugueza, não vá esta supôr, falsa e perigosamente, que o genio, um dos mais admiraveis dons de Deus, é uma justificação ou sequer uma atenuante para a indisciplina da vida, e que a obra de Camilo vae buscar a elementos de desordem e de desequilibrio moral a sua grandeza e poder emotivo.» E acentúa,

mais adiante, no seu magnífico estudo sobre *O sentimento religioso em Camilo*: «Não é pois obra meritoria, antes é tarefa nefasta, explorar a curiosidade morbida do publico com as experiencias amorosas do Mestre. A sua obra tem grandeza, a sua vida não.»

Mas se merece a nossa aprovação, como afirmámos, o parecer expresso nessas linhas em que se condena o injustificado culto do Camilo-homem, já o mesmo não poderemos dizer destas outras que o sr. Fidelino de Figueiredo escreveu no seu ultimo livro *Torre de Babel*, ao constatar o amortecimento do culto camoneano, em opposição ao crescente interêsse manifestado pelas obras de Camilo:

«Os portugueses de hoje preferem ao poeta do entusiasmo glorioso, aos hymnos victoriosos e aos idealismos harmoniosos e requintados da alta esphera, em que paira Camões, o sentimentalismo prolixo da novella passional de Camillo, a mediocridade dos seus versos, os seus juizos apaixonados de critico e de historiador, as violencias das suas polemicas, os seus sarcasmos, a lamurienta confissão das suas memorias, a versatilidade, a velhice decadentista.»

Não entrando, por ser alheio ao itinerário traçado, na apreciação do assunto que levou o critico illustre da *Historia da Litteratura Classica* a expender semelhante opinião sobre a obra camiliana, não deixaremos no em-tanto de reconhecer que ella encerra uma dose apreciavel de injustiça.

Se, na realidade, as obras poeticas de Camilo são mediocres, nas restantes, e constituem ellas o fundo essencial da sua bibliografia, na novela, na critica, na polémica, no ensaio historico, nem tudo será *sentimentalismo prolixo, juizos apaixonados, violencias, sarcasmos, confissões lamurientas, versatilidade, velhice decadentista...*

E' certo que o sr. Fidelino de Figueiredo, no mesmo livro a que nos reportamos, é o primeiro a ressaltar que não ratinha «os meritos transcendentales do grande escritor das *Novellas do Minho*», mas também não é menos certo que do camilismo ainda diz que: *E' um mixto de mania colleccionista e de renuncia ás verdadeiras superioridades da alma, é uma associação espirital que se concentra em torno dum homem, que militou sentimentalismo, individualismo egotista, anarchia moral e esthetica, azedume e colera violenta, volubilidade e inconstancia, sem um norte guiador.*

Que se verberem os excessos de um camilismo ambicioso de transformar em culto cívico uma admiração que nunca devera ultrapassar os justos limites do âmbito literário, senão em quanto traduz o espirito profundamente religioso e nacionalista do autor das *Horas de Paz*, é um acto meritório, e até imprescindivel para quantos prezem, sinceramente, a memória dêsse gigante das letras pátrias que tão alto levantou a dignidade de escrever prosa em Portugal. Mas que nessa louvavel condemnação se pretenda envolver a obra do escritor e do pensador, sem as indispensáveis reservas a observar, em semelhante procedimento, é o que nunca poderá fazer-se a coberto da indignação dos verdadeiros camilistas e de todos aqueles que nos escritos do Mestre encontrarão sempre alguma coisa mais além de *sentimentalismo prolixo, juizos apaixonados, violencias, sarcasmos, confissões lamurientas, versatilidade, velhice decadentista...*

Nos trechos reproduzidos, do sr. Fidelino de Figueiredo, por quem professamos a consideração intelectual que todos os estudiosos lhe devem tributar, e a que tem jus pelo seu labor persistente nas terras árduas do pensamento, não vemos mais que um protesto, também, embora desmarcado, contra os exagêros, dos inúmeros admiradores da última hora, e por ventura, pouco esclarecidos, do genial novelista. E por isso mesmo, para aqui trouxemos as opiniões do cronista dos *Epicurismos*, não sómente, por haverem saído da sua pênna, mas pelo reflexo que vieram a encontrar em grande parte dos criticos do centenário.

Não tem fundamento algum a tendência de apresentar a individualidade e a obra de Camilo Castelo Branco como sendo a de um revolucionário, um propugnador da de-

sordem social, inimigo da mentalidade da geração nova, e indigno de seu culto e amoroso estudo.

Não falando já na superioridade, no altíssimo valor literário dos escritos de Camilo, havemos de reconhecer, lendo-os cuidadosamente, que neles permanece um fundo reaccionário a sobrepujar vantajosamente a indisciplina de certas afirmações, e a impô-los de forma insofismável à nossa admiração de tradicionalistas. Para tal, no em-tanto, torna-se necessario exumar da obra volumosa e compacta, o autêntico pensamento camiliano, menos romântico e anárquico do que a sua própria vida, mais construtivo do que se tem querido afirmar, com manifesta leviandade.

As gerações novas, informadas ao calor dos princípios da Reacção, não podem ser contra-Camilo, a despeito de quanto se lhes diga, baseado em apparencias illusórias. Das páginas imorredoiras do polemista religioso da *Divindade de Jesus*, e do precursor do *Curso de Litteratura Portuguesa*, o pensamento contra-revolucionário brota, por vezes, com tamanha clareza e vigor, que nada conseguirá de-certo obscurecê-lo.

E é, precisamente, na característica reaccionária dêsse pensamento, que deve consistir para nós, que de reaccionarios nos prezamos, o verdadeiro sentido do camilismo.



¿ Mas haverá, na verdade, elementos suficientes para que ao camilismo seja lícito atribuir semelhante sentido ?

¿ Existirão, de facto, na obra de Camilo, afirmações tais de carácter religioso, nacionalista, tradicionalista, — *contra-revolucionário*, que justifiquem, de algum modo, a conclusão que deixámos esboçada ?

¿ Não é, afinal, a obra do novelista, tão sómente, essa obra romanesca, desordenada nas ideias e nos sentimentos, que uma crítica superficial persistia em nos apresentar ?

Que o não é, podemos hoje afirmá-lo, baseados nos próprios textos que nos démos ao cuidado de coligir num volume publicado com o titulo de *Camilo contra-revolucionário*, e que constituiu a nossa modesta contribuição para a bibliografia do centenário.

No prefácio que tracejámos para essa antologia, expusémos a opinião de que o historiógrafo do *Perfil do Marquês de Pombal* póde e deve ser considerado, por esta geração, como um dos seus melhores mestres, atendendo ao carácter acentuadamente reaccionário que resalta, aqui e além, do tumultuar de tantas páginas de transparente lusitanismo.

Aí dizíamos, seja-nos permitida a citação, que « não há, evidentemente, na obra de Camilo Castelo Branco; a continuidade de pensamento que se observa em tantos dos nossos doutores da contra-revolução, nem sequer nela se verifica a lógica evolução, que caracteriza, por exemplo, os escritos de Oliveira Martins, Ramalho Ortigão ou Fialho de Almeida. Poder-se-há objectar que, nas obras camilianas, são, por vezes, frequentes as afirmativas contrárias ao critério que presidiu à organização desta colectânea.

Talvez não fôsse, até, impossível encontrar, através das vastas obras de Camilo, bastantes e importantes passos cujo espírito se opusesse ao dos princípios que regem os da presente antologia.

Numa alma tempestuosa e tantas vezes dilacerada como foi a do grande escritor, ¿ que admira que se achem desconcertos provindos das suas próprias dores e ajudados pelos acasos da sua educação ?

Todavia, a nossa convicção inabalável, é que a verdadeira e autêntica directriz espiritual de Camilo se contém nestas suas páginas católicas e reaccionárias.»

Não é por méro devaneio literário, nem pelo muito interêsse que êle possa merecer no nosso espírito, que hoje, passados sete longos menses sobre a publicação dêsse livro, voltamos ao assunto, já nessas páginas versado.

Temos a legítima vaidade de supôr que a feição reaccionária de alguns passos do ironista da *Queda de um Anjo*, não fôra ainda, antes que o fizéssemos, reconhecida como tal, e não só no trabalho a que nos referimos, mas também num *breviário* que coordenámos e demos a público em 1924, e que entregáramos ao editor dois anos antes.

Já aí, então, incluímos o nome glorioso de Camilo ao lado de quantos outros grandes nomes ilustram a bibliografia contra-revolucionária portuguesa.

O *Camilo contra-revolucionário*, que só vale pela forma brilhante e positiva como falam os numerosos depoimentos que extraímos do riquíssimo filão camiliano, não sofreu contestação digna desse nome; mas também é certo que nem todos os que a êle se referiram, pareceram ter medido o verdadeiro alcance dessa nossa tentativa, paciente e obscura, mas honesta nos seus processos e propósitos, conforme, nesse ponto, todos foram unânimes em o reconhecer, à excepção de certo crítico que, na apreciação do labor alheio, usa empregar um critério que mais acertadamente andaria se applicasse ao policiamento das avenidas literárias que percorre, e que nos *Azeiteiros de Camilo* tem sua pedra de armas aberta pelo cinzel contundente do autor do panfleto. Eis porque voltámos à materia.

Publicando esse volume, não tivémos por principal intuito provar a filiação politica-miguelista, de Camilo, como alguém, ingenuamente supôs, o que, de resto, se tornava quasi desnecessário, visto tratar-se de um facto que não poderá ser posto em dúvida por quem conheça a biografia do escritor, e saiba lêr no fundo da sua consciência.

O autor do *Salve, Rei!* que já na mocidade militara na guerra do general Reynaldo Mac-Donel, de quem foi, até, ajudante de ordens; que colaborára na folha legitimista *O Portugal*, dirigida pelo Dr. Casimiro de Castro Neves, em cujas colunas várias referências foram feitas a *Camilo Castelo Branco nosso amigo e correccionário*, como pôde ler-se, por exemplo, no seu numero de 25 de Agosto de 1853, — era intransigente miguelista, e como tal se revelava na intimidade. Ainda ha pouco, em conversa, no-lo confirmou o romancista illustre que é o sr. Dr. Sousa Costa, cujo pai fôra amigo particular do Mestre.

Mas, não; era mais elevado o nosso objectivo.

Como nas páginas que vimos de traçar, o que pretendemos, com a publicação dessa colectânea camiliana, e estamos persuadidos de, até certo ponto, o ter conseguido, foi demonstrar que, por detrás desse Camilo romanesco, mais popularizado pelos desacertos do que pela excelência do seu espirito, antes caluniado do que estudado carinhosamente, existe um outro Camilo, cujo pensamento se impõe à meditação e ao reconhecimento das novas gerações, pelo muito que acertou ao entrever as verdades tradicionais numa época de pura desordem intelectual.

A quem saiba auscultar-lhe, amorosamente, o pensamento reflectido nas novelas e escritos que lhe herdamos, êle surgirá bem diferente do que andávamos habituados a vê-lo e a julgá-lo.

Não se pretenda argumentar, apenas, com algumas das manifestações superficiais da obra de Camilo, nem, tão pouco, deixemos de nos aperceber que foi, precisamente, debruçada sobre os escritos de menor valia saídos da sua pena, que a crítica parcial se alvoraçou a registar a suposta conformação irreligiosa e liberalista do seu espirito. Lembremo nos do periodo reflectido que o Padre Sena Freitas, um dos mais seguros e inteligentes biógrafos do romancista, consagrou a êsses críticos possuídos da obcecação liberal: «Esperae um pouco, lhes tornarei. Laboraes talvez n'um erro. Julgaes o homem a vulto e pela rama. Não vos déstes ainda ao trabalho de estudar as reticencias do seu espirito, de completar o que as suas palavras nem sempre dizem mas deixam adivinhar, nem de traduzir livremente certas phrases livres da sua penna que sómente revelam, em ultima analyse, uma alma oscillante, torturada e nada mais; ao passo que vos têm escapado as confissões espiritualistas do crente nos momentos não tempestuo-

«... senão lucidamente calmos, que a sua razão ainda hoje experimenta e manifesta.»

As considerações que o espírito lucidíssimo de António Sardinha formulou no *Drama de Fialho*, ao chamar a apreciação da sua obra para um terreno fora do alcance das interjeições pasmadas dos seus admiradores officiosos, teriam, para o presente caso de Camilo, a mais flagrante aplicação e oportunidade.

Mas, admitamos a possibilidade de que as exteriorizações dessa *alma oscilante, torturada*, tão fundo impressionem, que logrem obscurecer a conclusão sobejamente justificada, a nosso ver, por tantas páginas convincentes.

Nem assim, por se lhe negar a existência de uma orientação doutrinária, de um pensamento reaccionário, essa obra deixará de o proclamar, bem alto.

A natureza eminentemente nacionalista do génio de Camilo, projectada em quanto produziu; a linguagem castiçamente portuguesa em que sempre determinou exprimir-se, até nas próprias horas de desânimo e desfalecimento, seriam razão bastante para que lhe consagrassemos um lugar primacial na ala dos nossos contra-revolucionários do século XIX.

Essa característica camiliana—a nacionalista—é que não poderá ser, de boa fé, contestada por ninguém. Temperamento de escritor tão genuinamente nacional, dispondo de idioma mais vernáculo, por certo o não houve neste país.

«Se as obras de Camilo perduram ainda, é porque a todas comunicou o espírito vivo da nacionalidade», observa com acêrto o sr. Dr. Luís de Almeida Braga na sua conferência *O Significado nacional da obra de Camilo*; e acrescenta, ao analisar, depois, com superior visão, a linguagem do novelista: «o romantismo de Camilo depura-se e disciplina-se quasi sempre, senão na substância, ao menos na sua forma. Pela pureza da lingua, pela nobreza da sintaxe, é elle o grande herdeiro da tradição clássica.»

Nunca é demais recordar que Maurras via em Anatole France um servidor da ordem tradicional somente por virtude daquele purismo de linguagem que lhe corrigia os desvairamentos da sua inteligência, nem será ocioso recordarmo-nos de que Luis Dimier não hesitou em agrupar no seu livro *Les Maîtres de la Contre-Revolution au XIX. siècle*, nomes como o de Courier, precisamente pelos mesmos motivos que acabamos de expôr, e com bem menos razões, talvez, do que aquelas que nos levaram a incluir Camilo no nosso volume *Os nossos Mestres*.

Demonstrem-nos que tudo quanto deixamos dito não passa de alegação fantasiosa, que é errôneo o sentido nacionalista attribuido a essa obra pelo fino espírito do autor do *Pão Alheio*, que Camilo Castelo Branco não foi o *principe dos classicos portugueses* na definição expressiva de Castilho, que o pensamento contra-revolucionário recolhido em tantas páginas do Mestre, não vai além de uma engenhosa interpretação de alguns textos camilianos, e nós modificaremos, certamente, o nosso humilde parecer.

Até esse momento, porém, e condenando, embora, os desconchavos de um camilismo desorientado que entôa fados e ditirambos ás fragilidades humanas do escritor, desconhecendo, ou desprezando o alto significado da sua obra, continuaremos a venerar em Camilo Castelo Branco um dos mais legitimos preceptores do nacionalismo português e da mentalidade reaccionária das novas gerações.

Fernando Campos.

A divisão territorial portuguesa

(PLANO DE REORGANIZAÇÃO INTEGRAL)

1.ª PARTE

A organização antiga

(Continuado do n.º 26)

Alentejo

Esta Provincia tinha, segundo se vê em Nunez do Leão, cinco comarcas ; foram creadas mais quatro, que apparecem em O. Freire (Ourique, Villa-Viçosa, Crato e Avis), e desapareceu a de Estremoz. Tem pois oito comarcas.

Comarca de Evora — capital Evora (cidade).

1 cidade : *Evora*. *

10 villas : Aguias, Alcaçovas, Canal, Estremoz, * Montemor-o-novo, * Montoito, Pavia, Redondo, Vianna-a-par-de-Evora, * Vimieiro.

Comprehende 66 parochias.

Comarca de Beja — capital Beja (cidade).

1 cidade : *Beja*. *

17 villas : Agua-de-Peixes, Aguiar, Albergaria-dos-Fusos,-Alvito, * Beringel, Faro, Ferreira, Ficalho, Frades, Moura, * Odemira, Oriola, Serpa, * Torrão, Vidigueira, Villa-Nova-de-Alvito, Villa-Ruiva.

Comprehende 69 parochias.

Comarca de Campo-de-Ourique — capital Ourique (villa).

15 villas : Aljustrel, Almodovar, Alvallade, Castro-Verde, Collos, Entradas, Gravão, * Mertola, * Messejana, *Ourique*, * Padroens, Panoyas, * Santiago-de-Cacem, * Sines, Villa-Nova-de-Mil-fontes.

Comprehende 47 parochias.

Comarca de Villa-Viçosa — capital Villa-Viçosa (villa).

12 villas : Alter-do-Chão, * Arrayollos, * Borba, * Chancellaria, Evora-Monte, Monsarás, * Monforte, * Portel, Sousel, Villa-Boim, *Villa-Viçosa*, * Villa-Fernando.

1 concelho.

Comprehende 47 parochias.

Comarca de Elvas — capital de Elvas (cidade).

1 cidade : *Elvas* * (residencia do Governador das Armas do Alentejo, Capitão-general).

6 villas : Barbacena, Campo-maior, * Mourão, * Olivença,, * Ouguella, Terena.

ACÇÃO REALISTA

Comprehende 29 parochias.

Comarca de Portalegre — capital Portalegre (cidade).

1 cidade : *Portalegre*. *

11 villas : Alegrete, * Alpalhão, Arronches, * Assumar, Arez, Castello-de-Vide, Marvão, * Montalvão, Niza, * Pova e Meadas, Villa-flor.

Comprehende 34 parochias.

Comarca do Crato — capital Crato (villa).

12 villas : Amieira, Belver, Cardigos, Carvoeiro, Certã, * *Crato*, * Envendos, S. João-de-Gafete, Oleiros, Pedrogão-Pequeno, Proença-a-Nova, Tolosa.

Comprehende 24 parochias.

Comarca de Avis — capital Avis (villa).

17 villas : Alandroal, Alter-Pedroso, *Avis*, * Benavente, Benavilla, Cabeço-de-Vide, * Cabeção, Cano, Coruche, * Figueira, Fronteira, * Galveia, Jurumenha, Mora, Moudar, Seda, Veiros. *

Algarve

São duas as comarcas, tanto em Nunez do Leão como em O. Freire. Diferem nas suas villas, apenas.

Comarca de Lagos — capital Lagos (cidade).

2 cidades : *Lagos*, * (onde residia o Governador das Armas do Algarve, Capitão-general), Silves. *

7 villas : Aljezur, Alvor, Paderne, O-de-Seixe, Sagres, Villa-Nova-de-Portimão, Villa-do-Bispo.

Comarca de Tavira — capital Tavira (cidade).

2 cidades : Faro, * *Tavira*. *

5 villas : Albufeira * Alcoutim, Cacella, Castro-Marin, Loulé. *

* . *

Não difere muito da lista de O. Freire a de J. Bautista de Castro, no *Mappa de Portugal*. Vejamos as diferenças maiores, a corrigir. No *Entre-Douro e Minho* : — Guimarães é *Correição*, com 5 villas ; mais Aguiar da Penha ; 19 concelhos ; menos Aguiar ; 4 horas ; 1 julgado (I, 31-32) — Viana é *Correição*, com 15 coutos (I, 32) ; — Barcellos é *Ouvidoria* ; Valença é *Ouvidoria* ; — Porto é *Correição*, com 7 coutos (I, 33).

Em *Trás-os-Montes* : Torre-de-Moncorvo é *Correição* (I, 35) ; Miranda, tambem (I, 33) ; — Bragança é *Ouvidoria* (I, 35) ; — Villa Real, tambem. Na *Beira* : — Coimbra é *Correição* (I, 38) ; — Esgueira é *Provedoria*. (I. 38-39), com 1 cidade (Aveiro) e 26 villas ; — Montemor é *Ouvidoria* (I, 40) ; — Feira, tambem (I, 39) ; — Viseu é *Correição* com 22 vilas ; mais Coja e Santa-Comba-Dão ; 30 concelhos ; mais Foz-de-Pio-dão (I, 39) ; — Lamego é *Correição* ; — Pinhel tambem. (I. 39 40) ; — Guarda, tam-

bem, com 29 villas : mais Castro-Verde, que em O. Freire está junto a S.^{ta} Marinha (I, 40) ; — Castello-Branco é *Correição*.

Na Extremadura : — Lisboa «capital do reino consta de 41 parochias» (I, 42), é *Correição* ; — Torres-Vedras, tambem (I, 43) ; — Alemquer é *Ouvidoria* ; — Leiria é *Correição* ; — Thomar, tambem com 28 villas ; mais Aguda e Chão-de-Couce ; — Ourem é *Ouvidoria* ; — Santarem é *Correição* ; — Setubal, tambem.

No Alentejo : — Evora é *Correição* ; — (I, 45) Beja é *Ouvidoria* (I, 46) ; — Ourique, tambem ; — Villa-Viçosa, tambem, com 14 villas : mais Lagomel e Margem ; — Elvas é *Correição* ; — Portlaegre, tambem com 12 villas, mais Meadas, que em O Freire vem jnuta com Povoas ; — Crato é *Ouvidoria* ; — Avis, tambem (I, 46-47).

No Algarve : — Lagos e Tavira são ambas *Correição*.

*
* *
*

A edição de 1870 do *Mappa de Portugal* é a terceira, «revista e accrescentada» por Manuel Bernardes Branco. Traz no quarto volume a organização administrativa dos *Distritos*. Muitos concelhos se formaram desde então, mas, como se formaram dentro dos respectivos distritos, não nos interessa a modificação, que não passa de distribuição secundaria de freguesias de concelhos velhos para concelhos novos.

Os *distritos* já oferecem importancia, esses sim, para se observar como foram transferidos para elles os territorios das comarcas. Se bem que no *Mappa de Portugal* os distritos venham designados pela ordem alphabetica, ficam archivados aqui por Provincias, embora a unidade provincial tenha sido extincta, mas para facilidade no confronto. Adeante do nome dos concelhos, que tenham pertencido a comarcas differentes da capital do distrito, vae a nota de essa distribuição antiga.

Minho

Tem dois *distritos* : Braga e Viana.

Distrito de Braga : — concelhos de Amares (*Correição de Viana*), Barcellos (*antiga capital de Ouvidoria*), Braga, *capital da antiga comarca ecclesiastica, e do actual distrito*, Cabeceiras-de-Bastos (*Correição de Guimarães*), Celorico (*id.*), Esposende (*Ouvidoria de Barcellos*), Fafe, Guimarães, (*antiga capital de Correição*), Terras-de-Bouro (*Correição de Viana*), Vieira (*Correição de Guimarães*), Villa-Nova de Famalicão (*Ouvidoria de Barcellos*), Villa-Verde.

Distrito de Viana : concelhos dos Arcos-de-Valdevez, Caminha (*Ouvidoria de Valença*), Coura, Melgaço (*Ouvidoria de Barcellos*), Monção, Ponte da-Barca, Ponte-de-Lima, Valença (*antiga capital de Ouvidoria*), Viana (*capital de antiga Comarca, e do actual distrito*), Villa-Nova-de-Cerveira.

Douro

Do antigo Entre-Douro-e-Minho tem a parte do Sul, e com os distritos de Aveiro e Coimbra, que pertencem á Beira, formou-se a provincia, com o nome de Douro, que nem Douro é.

Distrito do Porto : concelhos de Amarante (*Correição de Guimarães*), Baião, Bouças, Felgueiras (*Correição de Guimarães*), Gondomar, Lousada, Maia, Marco-de-Canavezes (*Correição de Guimarães*), Paços-d-e-Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto (*capital da antiga correição do seu nome, e do actual distrito*), Pova-de-Varzim, S. Tyrso, Vallongo, Villa-do-Conde (*Ouvidoria de Barcellos*), Villa-Nova-de-Gaya.

Distrito de Aveiro : concelhos de Agueda, Albergaria, Anadia, Arouca, (*Correição de Lamego*), Aveiro antiga capital da *Provedoria de Aveiro-Esgueira, e do actual distrito*), Castello-de-Paiva (*Correição de Lamego*), Estarreja, Feira, (*antiga capital da Ouvidoria do mesmo nome*), Ilhavo, Macieira-de-Cambra (*Ouvidoria da Feira*), Mealhada, Oliveira-de-Azemeis, Oliveira-do-Bairro, Ovar (*Ouvidoria da Feira*), Sever-de-Vouga (*Correição de Viseu*), Vagos.

Distrito de Coimbra : concelhos de Arganil, Catanhede, Coimbra (*antiga capital da Carreição do mesmo nome, e cabeça do actual distrito*), Condeixa-a-Nova, Figueira-da-Foz, Goes, Louzã (*Ouvidoria de Montemor-o-Velho*), Miranda-do-Corvo, Montemor-o-Velho (*antiga capital da Ouvidoria de Montemor*), Oliveira-do-Hospital (*Correição de Viseu*), Pampilhosa (*Correição de Leiria*), Penacova, Penella (*Ouvidoria de Montemor*), Poiares, Soure (*Correição de Leiria*), Taboa (*Correição de Viseu*).

Trás-os-Montes

Tem dois distritos : Villa-Real e Bragança.

Distrito de Villa-Real : concelhos de Alijó, Boticas (*Ouvidoria de Bragança*), Chaves (*Ouvidoria de Bragança*), Mesão-frio, Mondim-de-Basto (*Correição de Guimarães*), Montalegre (*Ouvidoria de Bragança*), Murça (*Correição de Moncorvo*), Peso-da-Regoa (*Correição de Lamego*), Ribeira-de Pena (*Correição de Guimarães*), Sabrosa, Santa-Marta-de-Penaguião, Valle-Passos (*Correição de Bragança*), Villa-Pouca-de-Aguiar, (*Correição de Bragança*), Villa-Real (*capital da antiga Ouvidoria e do actual distrito do mesmo nome*).

Distrito de Bragança : concelhos de Alfandega-da-Fé (*Correição de Moncorvo*), Bragança (*capital da Ouvidoria e do distrito do mesmo nome*), Carrazeda-de-Anciães (*Correição de Moncorvo*), Freixo-de-Espada-à-Cinta (*id.*), Macedo-de-Cavalleiros, Miranda-do-Douro (*capital da Correição de Miranda*), Mirandella (*Correição de Moncorvo*), Mogadouro (*Correição de Miranda*), Moncorvo (*capital da Correição de Moncorvo*), Villa-Flor (*id.*), Vimioso (*Correição de Miranda*), Vinhaes.

(Continúa).

Luis Chaves

Crítica & Factos

LETRAS

«SOB A CINZA DO TÉDIO» (Romance duma consciencia), por *Fidelino de Figueiredo*.

Um pouco á semelhança de Eça de Queiroz com o *Fradique* e de Raymond Schwab com o *Mathias Crismant*, Fidelino de Figueiredo dá-nos, em *Sob a cinza do tédio*, uma espécie de desdobramento da sua personalidade, como que um modo sonhado no seu espirito e que o seu coração esculpiu carinhosamente. Luiz Cotter, o personagem de que o autor vem traçar a imaginaria biografia, é o espelho de Fidelino de Figueiredo, a sua segunda incarnação, o ensejo para definir teorias suas, preferencias suas, infinitas confissões até agora ocultas sob o misterio da mascara social. Cada um de nós tem assim dentro de si — quantas vezes! — outros seres mais perfectos ou mais imperfeitos, mais fortes ou mais frajeis, superiores ou inferiores; mas, de qualquer maneira, diferentes, com suas aspirações, suas directrizes, suas idiosincrasias vibrantes. Muitas vezes uma oportunidade inesperada como que liberta êsses secretos habitantes interiores. Acontece mesmo que êles chegam acaso a sobrepôr-se á apparencia dominante, e a modificar-lhe a trajectória e a psicologia. Mas esse facto raramente se manifesta — e a maior parte dos avatares prisioneiros permanece condenada a uma sombra de hipóteses inexprimiveis... Era nesse sentido, decerto, que Raymond Schwab, historiando a génese do seu *Mathias Crismant* escrevia: *Suivre nos hotes é conduits, ce sera le moyen d'écrire de bonnes monographies sur les chefs de cette société secrète qu'on appelle un homme*. . . E, noutro logar, respondendo áqueles que lhe pediam uma análise directa em vez duma transposição fantasiosa: *De l'expérience individuelle, la confession directe sera-t-elle le seul compte rendu autorisé? Pour parler libremente de notre vérité, il est utile que nous la séparions de notre chair*. . . Assim o entendeu Fidelino de Figueiredo. E falou livremente da sua verdade (pelo menos, duma face inédita da sua verdade), separando-a do seu corpo, e emprestando-lhe uma diversa modelação. E, nesse heroi inventado, em cuja descripção põe muitas das suas confidencias até agora caladas, aproveita a ocasião para expôr pensamentos em esquisso, «uma multidão de idéias esboçadas mas não acabadas», na frase de Gabriel Marcel.

Luiz Cotter é um homem deslocado no seu meio, fóra do nível, grande demais pelo seu sonho e pela sua intelligencia. «Não nasceu viavel» — como o Patricio de Renan. E' Ariel entre a turba herética do reino de Caliban. E por isso, depois duma

existencia de gloriosas peregrinações intellectuaes, desvendando caminhos, acendendo clarões altos, tocando conquistas culminantes, succumbe, ferido pelo mal de viver acima da vida. «Morreu de tédio, de inadaptação ao meio» — define Fidelino de Figueiredo — «incompativel como era com a mediocridade provinciana, as querelas locais, o dominio da injustiça, a selecção invertida, o horror das superioridades, a levandade julgadora, a incultura quasi bárbara. Morreu de tédio, esta doença má, que já envenenou ha um século os filhos da Revolução Franceza, e vem de novo affligir-nos, depois das demolições e decepções do século XIX». Embora não seja inteiramente o caso de Jacques Rivière (que morreu *de sede intellectual* e não de tédio), ha qualquer coisa do discipulo de Gide neste boemio de altitudes, neste viajante das metafisicas e dos dogmas. Como Jacques Rivière êle deveria dizer: «*Je ne pourrais jamais me combler qu'en me détruisant sans cesse*». E como Jacques Rivière mereceria a classificação de Claudel, na sua correspondencia com o autor de *Aimée*: Você pertence a essa categoria de almas ultra sensíveis sempre prontas a enovelar-se e a contrair-se. Se perseverar corajosamente, e se for completamente leal, sentirá um dia a sementeira divina que estremece e se abre». Infelizmente, Luiz Cotter não atingiu o suprémo porto da Fé. Fidelino de Figueiredo julgava-o perto: «Luiz caminhava seguramente para a Igreja Cathólica, dizia-m'o a minha observação amiga». . . Entretanto, morto prematuramente, não poudo beber a salvação nas fontes da Graça. E, um pouco nietszcheano no seu culto pelos herois super-homens (embora dum nietscheanismo voltado do avesso, fundado sobre o amor piédoso) — acabou preso ainda a Kant, adoçando e emendando Kant, após uma torturada visita a todas as correntes da filosofia contemporanea. Para Luiz Cotter, como para Jacques Rivière (ainda o paralelo a impôr-se!) «o humano pensamento procura mais do que encontra e sua sorte é de chamar mais do que de ouvir» — como descobriu Lacaze. Triste calvário dos que não concluem, amarga crucificação dos que não escolhem! E, contudo, eu acompanho a esperança efectuosa de Fidelino de Figueiredo: Luiz Cotter estava, como êle mesmo annunciara, «pronto para crer!». Porque o animava o verdadeiro espirito filosófico, que consiste, para Julien Benda (o cruel censôr do «belphegorismo») em «decompôr a idéia com a sua intelligencia, para a recompôr com o seu amor».

Politicamente, interessar-me-hia deter-me na simpatia de Luiz Cotter pelas «teorias de go-

verno absoluto» (pag. 62), pelo «espírito heróico e o instinto aristophilo» (pag. 126), pelo anti-parlamentarismo (pag. 133), pelo «espírito de selecção» e pelas aristocracias (pag. 142 e 156). Mas o espaço falta-me, e eu creio bem que Fidelino de Figueiredo é dos nossos — perdão : que Luiz Cotter é dos nossos, tradicionalista e monarquico.

Pedindo ao eminente critico desculpa de não levar até onde devia o estudo cuidadoso do seu livro, vejo-me reduzido a afirmar apenas que ele é um alto depoimento de erudição equilibrada e de aguda e bondosa sensibilidade. *Sob a cinza do tédio* fica como o excelente perfil mental do «portador duma grande alma colectiva», traçado com uma cultura excepcional — o com uma ternura luminosa.

João Ameal.

«BARDOS E CAVALEIROS», por Luis Veiga

Voltei agora a ler, impresso, numa edição luxuosa, este livro que ha meses o seu autor me enviára manuscrito, confiando na minha opinião de amigo e de leitor sincero. Disse-lhe logo a minha impressão lial, colhida numa leitura apressada. Luis Veiga revela-me, a mim que o abraçara na despedida de Coimbra, ha uns três anos, invulgares qualidades de prosador. Ele possuia a riqueza vocabular, a expontaneidade, um ritmo elançado e facil, e uma magnifica exuberancia de colorista. Com estas qualidades, um prosador que se estreia tem o direito de ser acolhido carinhosamente. Defeitos? Sem duvida — e já, em carta, fizera notá-los a Luis Veiga. Por vezes a sua adjectivação é espessa, pesada; as palavras não cingem a emoção ou o pensamento com uma vibrante plasticidade. Mas, impondo-o, o seu estilo tem riqueza, ritmo, cor. E' um temperamento verdadeiro de artista. E os seus proprios defeitos são geralmente produto duma exuberancia de sensibilidade que ainda não conseguiu uma limpa e serena disciplina.

Por enquanto Luis Veiga colhe da vida aquela essencia de emoção voluptuosa e romantica que seduz as sensibilidades inquietas. Fica à flor das coisas, na sua apparencia luminosa e colorida, indifferente à sua alma profunda. Não o perturba o sentido occulto da vida, a sua chama mística, o coração ardente da espiritualidade. Por isso, nas veias do seu estilo corre um sangue dionisiaco, sedento do desejo de colher o perfume sensual da vida. A cor embriaga este artista. A luz atrai-o como a um desses gregos que a consideravam uma dádiva dos deuses.

Não nos poderemos, portanto, admirar que Luis Veiga com as suas tendencias descritivas e o seu romantismo sensual procurasse motivos no passado. *Bardos e Cavaleiros* é como uma serie de tapeçarias pendendo nos muros duma sala de côrte : tapeçarias hieraticas, solenes, umas cheias duma floresta de lanças épicas, outras idilicas e polvilhadas dum tenue clarão de luar. Mas porque escolheu Luis Veiga a Idade-Média como o jardim do seu sonho? O Renascimento não lhe teria oferecido à sua *libido sentiendi* um licor or-

giaco, numa faixa de ouro e esmeraldas? Estas perguntas teem uma resposta facil no romantismo do autor dos *Bardos e Cavaleiros*, que a Idade-Média atraiu com o seu amor barbaro e ingenuo, o seu espirito de aventura, o seu misterio, e as suas largas perspectivas de esplendor decorativo.

Dos contos deste livro saliento *Ortiga, a infanta agarena* duma arquitetura elegantemente lançada, e bem conduzido. *A Historia de Dom Ruy de Tarval, o muy enamorado* encerra uma descrição da batalha de Aljubarrota, que não condiz com a índole do conto. Essa descrição deveria ter a sobriedade duma gravura em madeira : linhas duma estilização medieval, por onde passasse o sopro duma gesta bárbara.

Luis Veiga é um escritor que promete. Apresenta-se com a riqueza dum belo temperamento. *Bardos e Cavaleiros*, com as suas qualidades e os seus defeitos, é uma estreia que o impõe á nossa simpatia. Se êle conseguir uma disciplina depuradora e sobriedade e libertar-se do seu romanticismo decadente, poderá ocupar na nova geração um lugar de nobre relêvo.

E. G.

«PORTUGÁLIA»

O senhor dr. Fidelino de Figueiredo, que é um nome consagrado nas nossas letras, dá um formoso exemplo de coragem e de trabalho. A sua infatigavel actividade afirmava-se agora com a publicação da *Portugalia*, revista de intentos nacionalistas, que com uma orientação tradicionalista e de renovação nacional recolhe elementos importantes. Estão publicados já dois numeros, o que se impõem pela variedade da colaboração e interesse dos assuntos focados. Devemos notar lialmente, embora nos sejam simpaticos os fins desta revista, a falta duma doutrina unica, duma ideia básica, que dê unidade a toda a sua colaboração.

Nas palavras de apresentação, Fidelino de Figueiredo explica : «... a revista, que tenho a honra de dirigir, pretende ser órgão de quantos não estão conformes com a presente situação do país e que só fiam o exito da sua terapeutica do regresso a uma mentalidade reconstrutiva, tradicionalista, sem immobilização, que é a morte da vida do espirito e das sociedades, e progressiva, sem incendiarias ideologias, que a morte são, só mais rápida. Contribuir para a organização duma mentalidade conservadora é o objectivo desta revista, que buscará opôr doutrinas, factos e ideias à anarquia espirital do país e às devastações bem patentes, a toda esta vasta ruinaria, obra dos «imortais principios». Acentuêmos ainda que Fidelino de Figueiredo confessa que esta revista não deixará de ter uma preocupação de actualidade portuguesa, vibrantemente nacionalista.

Alguns reparos nos surgem certos trabalhos que a *Portugalia* publica. Neste número o nosso camarada dr. Caetano Beirão opõe ao senhor Luis de Magalhães a sua critica. Mas a *Portugalia* pelas intenções superiores de reconstrução nacionalista merece de todos os que lutam na *Acção Realista* carinhosas saudações.

V Á R I A

DR. ARTHUR LAMAS

Ha bem pouco tempo ainda, fiz aqui menção elogiosa do ultimo trabalho litterario do Dr. Arthur Lamas. Tinha elle publicado *A Casa-Nobre de Lazaro Leitão ao sitio da Junqueira*, obra das que ficam entre nós, como completa e perfeita monografia de um dos aspectos mais curiosos do reinado de El-Rei D João V, soberano por ventura menos libertino do que os homens do seu tempo, e muito mais habil conhecedor do seu meio e da sua epoca do que o julgam os Catões e proceres de estes tempos que correm. O reinado de este rei, caso não isolado na historiografia portugueza, é, apesar de apenas dois seculos em cima, um dos mais lendarios e mais phantasiados por injustificado *ad odium*. Pois *A Casa-Nobre de Lazaro Leitão* com a politica diplomatica do Rei, com a sua formação dos costumes da sociedade portugueza, com o balanço da arte de Lazaro Leitão, constitue um bom noticia-rio do reinado do Rei Magnanimo.

Ao lê-lo, ao chamar para elle a attenção dos leitores da *Acção Realista*, quem me poderia dizer que, uns meses depois, A. Lamas iria morrer em Paris, elle tam portuguez, tam cheio de enthusiasmos infantis pela sua terra, e nella pelo seu cantinho da Junqueira, em Lisboa?

No seu campo de acção era um obreiro do renascimento que tanta boa alma empenha para reabilitação de Portugal. Trabalhava como um benedictino; e a paciencia, com que reunia materiaes, compulsava documentos, rebuscava os reconditos dos archivros, era inexgotavel. E no fim extasiava-se deante dos quadros de historia, das paisagens de costumes, que elle traçava nos seus trabalhos, e que esse visitar manuscritos, o ler livros, o remover memorias e tradições de familia ou de logar lhe pintavam ante os olhos cansados, a um tempo perspicazes e sonhadores.

Ante esse passado que lhe enchia de bellezas vivas a alma de incansavel peregrino pelos seculos idos, contemplava com amargura a hora presente. Era um crente e era um reaccionario, que a cultura e a disciplina de espirito orientavam á aspiração maxima de ver enfim redimida a sua terra.

Neste anno de desgraça que nos tem levado alguns dos melhores espiritos, não era A. Lamas dos de somenos. A sua obra não tem luminosidade e a sugestão athrahente dos guiadores de correntes litterarias, doutrinarias ou politicas. Mas é a lição de probidade e dedicação de um espirito eleito.

E não se diga que é apagado ou inútil o que nos deixou na sua contribuição brilhante para o ensino das verdades e das tradições da nação portugueza, as quaes elle bem illustrou pela investigação serena e meticulosa

Baste-nos citar tres obras, qualquer de ellas de um meritorio labor.

Medalhas Portuguezas e estrangeiras referentes a Portugal — vol. I, Lisboa, 1916.

A Quinta de Diogo de Mendonça no sitio da Junqueira, Lisboa, 1924.

A Casa-Nobre de Lazaro Leitão, Lisboa, 1925.

A primeira obra ficou pelo primeiro volume (*Medalhas Comemorativas*), mas assim mesmo é trabalho unico em Portugal, e do melhor que se tem feito, pelo methodo e pela erudição, na medalhistica, onde se contam os trabalhos de Lenornaut, Forille, von Fabriczy, De Witte, Mazerolle, Ricci etc. Historia as origens de medalhistica em Portugal, onde, apesar de tentames anteriores, só se estabeleceu definitivamente no reinado de D. João V, quando Antonio Mengin foi o primeiro abridor de cunhos e medalhas do Reino. Foi elle quem gravou a medalha da Real Academia da Historia, proposta pelo Marquês de Abrantes, e desenhada por Vieira Lusitano. Creada a Escola de Gravura em 25 de janeiro de 1802, escola que Bartholozzi dirigiu, foi abridor de cunhos o portuguez José Antonio do Valle. A Gaspard flamengo, da Casa da Moeda, successor ali de Mengin, seguiram-se no Arsenal José de Figueiredo, e seus discipulos. Todos passam na exposição historica de A. Lamas. Depois succedem se as medalhas em disposição chronologica, descriptas methodicamente e com a sua bibliographia ou resenha historica. O estudo historico, em *Introdução* ocupa LXXXVI paginas. A descrição das medalhas que são 411 preenche 500 paginas, completadas pela reprodução de todas as medalhas (anverso e reverso), por photogravura. E', como se vê, um livro volumoso, do mais arduo trabalho, que só aprecia o estudioso ou o curioso intelligente que o procure. Por infelicidade ficou pelo primeiro volume, mesmo assim completo, pois só nos faz pensar que haveria ou poderia haver segundo por a este elle proprio apontar como primeiro.

A Quinta de Diogo de Mendonça é a monographia historica e artistica da conhecida *Quinta das Aguias* na Junqueira. Contém vasto informe social do reinado de João V, de quem era secretario o pae do dono da quinta, que por seu turno foi Secretario de Estado de D. José com o Marquês de Pombal na secretaria dos Negocios estrangeiros e da guerra; a intriga politica, parece que de Pombal para o alijar, que o demittiu e exilou, episodios de familia em correlação com factos historicos dos reinados de D. João V e de D. José, enchem de interesse o livro, que a mundanidade de Diogo de Mendonça, a belleza e luxo da sua casa, as obras de arte nella contidas, completavam.

Da *Casa-Nobre de Lazaro Leitão* já disse que me baste, e o disse nesta mesma revista quando sahiu.

ACÇÃO REALISTA

Perdeu-se um português de lei, e um estudioso honesto, acrisolado na sua tarefa missionaria de mostrar Portugal aos Portugueses de boa vontade. Lastimêmo-lo e lastimemo-nos de ter morrido, quando tanto promettia ainda, e sobre-tudo porque era de esta Ala de Namorados, para quem o Portugal de outrora é o Portugal de sonho e aspiração a restaurar na sua belleza moral e na sua plenitude espiritual de nação secular

Luis Chaves.

DONA MARIA MANUELA DE CASTRO (NOVA-GOA)

Encontra-se de iúto o nosso illustre colaborador

senhor Dom Luis de Castro, Conde de Nova Gôa, pela morte de sua filha a Senhora Dona Maria Manuela de Castro, que se salientou dentro da nossa sociedade pelos primores do seu coração e do seu espirito.

Sentindo a grande dor por que acaba de passar o sábio Mestre, a Acção Realista Portuguesa envia-lhe a expressão do seu profundo pesar.

No funeral a Acção Realista Portuguesa fez-se representar pelo nosso camarada Dom Pedro da Camara.

Faz-se o Estado para promover o Bem-Geral. A beneficio deste objectivo maximo, tem o mesmo Estado que colocar-se constitucionalmente a coberto de mercantilismos eleitorais, e d'intrigas partidarias. Estado forte. O contrario equivaleria ao prolongamento eterno do caos, que aí vemos, abjeto e catastrófico.

O equilibrio do sistema realiza-se pondo, no outro prato da balança, a Nação forte. Quer dizer, a Nação organizada, nas suas autonomias locais, espirituais, e economicas. Estas grandes instituições sociais, — da produção, da cultura intelectual e moral, e do regionalismo, constituem o proprio corpo e espirito da Nação, cuja espinha dorsal são os lares laboriosos e honrados, e não o celebre partido democratico, como na Republica se diz.

Desse conjunto, são e verdadeiro, sairá a legitima, a autentica Representação Nacional, com quem o Estado tem que entender-se e colaborar.

Paiva Couceiro (artigo do 2.º n.º de *A Voz Nacional*).

INDICE DOS COLABORADORES

Alfredo Pimenta..... 21, 75, 108, 189 e	257	João Ameal.....	137
Antonio Cabral..... 50, e	112	José Pedro Folque.....	34
Antonio Sardinha.....	226	Julio de Melo e Matos.....	74
Azevedo Neves.....	47	Laertes de Figueiredo.....	85
Bento Caldas.....	181	D. Luis de Castro.....	101
Caetano Beirão..... 16, 37, 79, 223 e	260	Luis Chaves... 86, 157, 170, 229, 244 e	275
Carlos Veloso.....	26	M. Oliveira Ramos.....	52
Castelo Branco Chaves..... 8, e	195	Manuel de Figueiredo..	80
Delfim Maia.....	30	Mario de Albuquerque.....	166
Ernesto Gonçalves..... 91, 121, 241 e	253	Oscar Paxeco.....	14
Fernando Campos..... 81, 114, 150 e	270	Pinheiro Torres.....	45
Francisco Xavier Quintela.....	32	Rolão Preto..... 72 e	233
Frederico J. Perry Vidal.....	212	D. Rui da Camara.....	35
Henrique de Paiva Couceiro. 2, 57, 95 104,		Simeão Pinto de Mesquita.....	70
124 e	144	Tomás de Melo Breyner.....	48

INDICE DO 2.º VOLUME

Retrato do comandante H. de Paiva Couceiro	1	O Rei morreu. Viva o Rei!, por Antonio Ca-	
Carta aberta aos meus amigos e companhei-		bral.....	50
ros (IV), por H. de Paiva Couceiro.....	2	Um rei que não reinou, por M. d'Oliveira	
O humorismo de Camilo, por Castelo Branco		Ramos.....	52
Chaves.....	8	Ecos	56
Ecos.....	12	Carta aberta aos meus amigos e companhei-	
A Província, por Oscar Paxeco.....	14	ros (IV), por H. de Paiva Couceiro.....	57
Tres mundos, por Caetano Beirão.....	16	Acção Realista Portuguesa.....	64
Acção Realista Portuguesa.....	18	Livros.....	68
Livros.....	20	Retrato de Antonio Sardinha.....	69
Dois Mortos, por Alfredo Pimenta.....	21	Ao principio era o Verbo, por Simeão Pinto	
Monsanto, por Carlos Veloso.....	26	de Mesquita	70
19, Janeiro, 1919, por Delfim Maia.....	30	Antonio Sardinha, por Rolão Preto.....	72
Recordando o combate, por Francisco Xavier		Antonio Sardinha, por Julio de Melo e Matos	74
Quintela.....	32	Anibal Soares e Antonio Sardinha, por Al-	
As duas bandeiras, por José Pedro Folque...	34	fredo Pimenta.....	75
A massa amorfa, por D. Rui da Camara...	35	«Os mortos marcham connosco», por Cae-	
Ecos	36	tano Beirão.....	79
Um ano, por Caetano Beirão.....	37	Cavaleiro do Graal, por Manuel de Figueiredo	80
Acção Realista Portuguesa.....	41	Romagem de saudade, por Fernando Campos	81
Lema de educadores, por Pinheiro Torres...	45	«In principio erat verbum», por Laertes de	
Rainha e santa, por Azevedo Neves.....	47	Figueiredo.....	85
A memória dos Braganças, por Tomás de		A Paisagem da Terra e da Gente na poesia	
Melo Breyner.....	48	de Antonio Sardinha, por Luis Chaves...	86

ACÇÃO REALISTA

Um Paladino Encoberto, por <i>Ernesto Gonçalves</i>	91	Os partidos politicos, por <i>Bento Caldas</i>	181
Carta aberta aos meus amigos e companheiros (V), por <i>H. de Paiva Couceiro</i> ,.....	95	Crítica e Factos.....	183
Acção Realista Portuguesa.....	99	Excerpto da «Resposta ao Sr. Bispo de Bragança e Miranda», por <i>Alfredo Pimenta</i> ..	189
Sindicalismo Agrario, por <i>D. Luiz de Castro</i>	101	O pensamento politico de Antonio Ribeiro Saraiva, por <i>Castelo Branco Chaves</i>	195
Carta aberta aos meus amigos e companheiros (V), por <i>H. de Paiva Couceiro</i>	104	A divisão territorial portuguesa (continuação) por <i>Luiz Chaves</i>	204
A «Epopéia Maldita», por <i>Alfredo Pimenta</i> .	108	Politica monarchica, por <i>Frederico G. Perry Vidal</i>	212
Ecos.....	110	Crítica e Factos.....	215
Camilo, notas à margem, por <i>Antonio Cabral</i>	112	Retrato de S. A. R. Dom Duarte Nuno.....	221
Camilo e o século XVII, por <i>Fernando Campos</i>	114	Dom Duarte Nuno, pelo redacção.....	222
Acção Realista Portuguesa.....	119	O último livro de Alfredo Pimenta, por <i>Caetano Beirão</i>	223
O Exército e a Pátria, por <i>Ernesto Gonçalves</i>	121	Gama Barros, por <i>Antonio Sardinha</i>	226
Carta aberta aos meus amigos e companheiros (V), por <i>H. de Paiva Couceiro</i>	124	Gama Barros, mestre do nacionalismo portuguez, por <i>Luiz Chaves</i>	229
Ecos.....	136	A politica social da Monarquia orgânica, por <i>Rolão Preto</i>	233
Elogio do menor número, por <i>João Ameal</i> ..	137	Politica portuguesa, por <i>Ernesto Gonçalves</i> ..	241
Acção Realista Portuguesa.....	139	A divisão territorial portuguesa (continuação), por <i>Luiz Chaves</i>	245
Retrato do Senhor D. Miguel I.....	141	Crítica e Factos.....	250
Um ano de combate, pela redacção	142	Nota officiosa da Acção Realista Portuguesa.	253
Carta aberta aos meus amigos e companheiros (VI), por <i>H. de Paiva Couceiro</i>	144	A transformação da Causa Monarchica, por <i>Ernesto Gonçalves</i>	254
As Côrtes Gerais de 1828, o discurso do Bispo de Vizeu	147	Moreira de Almeida, por <i>Alfredo Pimenta</i> ...	257
A «republicanização» do ensino, por <i>Fernando Campos</i>	150	O «tradicionalismo» da Carta, por <i>Caetano Beirão</i>	260
A divisão territorial portuguesa, por <i>Luiz Chaves</i>	157	D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, por <i>Luiz Chaves</i>	267
Revista da Quinzena.....	161	O sentido reaccionário do camilismo, por <i>Fernando Campos</i>	270
Condessa de Trani, pela redacção.....	165	A divisão territorial portuguesa (continuação), por <i>Luiz Chaves</i>	275
O drama de Antero do Quental, por <i>Mario de Albuquerque</i>	166	Crítica e Factos	279
A divisão territorial portuguesa (continuação) por <i>Luiz Chaves</i>	170		
O 1.º aniversario da «Acção Realista».....	174		



A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL;**

A constituição dum as **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;**

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE;**

Uma **MONARQUIA**, enfim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.**

ACABA DE SAIR:

A Politica do Centro Catolico
e a
minha resposta ao snr. Bispo de Bragança

POR **Alfredo Pimenta**

Edição da Acção Realista Portuguesa

LIVRARIA DEPOSITARIA—PORTUGAL-BRASIL

DO MESMO AUTOR:

**A Republica Portuguesa em face da Igreja
Católica e a politica do Centro Católico**

Recebem-se pedidos na nossa administração

A SAIR BREVEMENTE:

**Carta aberta aos meus
amigos e companheiros**

POR

H. DE PAIVA COUCEIRO

Edição da ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

Nova sapataria VICTORIA

Calçada da Estrela, 95 e 97

O melhor e o mais barato, calçado que se fabrica em Lisboa

Aceitam-se encomendas para a Provincia, Ilhas e Africa

Desconto aos revendedores

O verdadeiro

cigarro

turco



à venda

em todas as boas

tabacarias

IMPORTADORES — A Gagliardini Graça, Ltd. — Rocio, 95, 2.º, LISBOA